



UC/FPCE_2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Viver Livremente em Conjunto: Contrastes entre o Casamento e a União de Facto

Tânia Alçada Frazão
(e-mail: taniafrazao@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia na Área de Especialização em Psicologia Clínica e Saúde, Subárea de Especialização em Sistémica, Saúde e Família, sob a orientação da Professora Doutora Madalena de Carvalho

Viver livremente em conjunto: contrastes entre o casamento e a união de facto

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar em que medida o estado civil influencia a percepção da conjugalidade (ajustamento e funcionamento conjugal). Pretendemos também atender a algumas variáveis sociodemográficas, como o sexo dos participantes; e conjugais (número de relações conjugais e etapa do ciclo vital do casal) que podem funcionar como variáveis moderadoras. Para tal, recorremos aos instrumentos: *Questionário Sociodemográfico*, *Escala de Ajustamento Mútuo* (EAM; Lourenço e Relvas, 2003) e *Escala de Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade* (ENRICH; Lourenço e Relvas, 2003). Deste modo, procedeu-se à comparação de duas sub-amostras: sujeitos em união de facto (n=215) e sujeitos em casamento (n=489), pertencentes a uma amostra de conveniência (N=704).

Efetuada as respetivas análises estatísticas, os resultados mostram que após o controlo das variáveis moderadoras, o estado civil não influencia a percepção do ajustamento conjugal (EAM) nem das suas subescalas. No entanto, verifica-se a influência do estado civil nas subescalas *comunicação*, *gestão financeira* e *orientação religiosa* da ENRICH. Além disso, verificou-se que a *etapa do ciclo vital do casal* é a variável preditora que mais contribui para a variabilidade no *ajustamento mútuo* (escala global). É possível prever os resultados nas dimensões *satisfação mútua*, *coesão mútua*, *expressão afetiva* e *ajustamento mútuo*, e em todas as dimensões do funcionamento conjugal (ENRICH), excetuando o fator *atividades de lazer*.

Além de poder impulsionar novos estudos e conclusões, esta investigação fornece informação relevante que pode ajudar terapeutas e outros intervenientes no apoio a prestar a indivíduos e casais.

Palavras-chave: Casal, casamento, união de facto, percepção da conjugalidade.

Living freely together: differences between marriage and common law marriage

Abstract

The present study aims to investigate the extend to which marital status influences the perception of conjugality (adjustment and couple's functioning). It is also intended to study some social demographic variables as participant's sex and marital variables as the number of couple's relationship and the stage of couple's life cycle, that can act as moderator variables. To this end, we have recourse to instruments: *Social demographic Questionnaire*, *Dyadic Adjustment Scale* (DAS) and *Enriching & Nurturing Relationship Issues, Communication & Happiness* (ENRICH). Thus, we proceeded to the comparison of two sub-samples: people in common law

marriage (n=215) and married people (n=489), belonging to a convenience sample (N=704).

Once done the statistical analysis, the results point that after the control of moderator variables, marital status does not influence the perception of marital adjustment (DAS) neither any of their subscales. However marital status does influence the ENRICH's perception in three dimensions: *communication*, *financial management* and *religious orientation*.

Furthermore, the stage of couple's life cycle indicates the most important predictive value for global marital adjustment. It is possible to predict results in *mutual satisfaction*, *mutual cohesion*, *affective expression*, *marital adjustment* and in all dimensions (ENRICH), except in *leisure activities* factor.

Besides being able to drive new studies and conclusions, this research provides important information that can help therapists and other experts in assisting individuals and couples.

Key Words: Couple, marriage, common law marriage, conjugality perception.

Agradecimentos

*“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos.”
Antoine de Saint-Exupéry*

Hoje sou uma pessoa feliz, levo comigo ensinamentos para a vida, recordações de momentos inesquecíveis na cidade dos estudantes, a bela Coimbra; e queria dar o meu muito obrigada,

À Professora Madalena de Carvalho, pelo seu carinho, apoio, orientação e privilégio por ter a possibilidade de aprender tão de perto com uma das melhores profissionais da terapia de casal.

À Professora Madalena Alarcão, pelos seus ensinamentos, visões e intervenções sistémicas com as quais me identifico muito e guardarei para sempre.

A todos os terapeutas do CEIFAC que me potenciaram a aquisição de competências e ferramentas na intervenção sistémica.

Aos participantes do estudo por aceitarem o desafio da partilha da sua conjugalidade.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, amor e força. Com o vosso apoio consegui concretizar este meu sonho!

À minha querida irmã, pela ajuda, motivação e mimo.

Aos meus colegas e amigos da faculdade, como a Cristiana, a Lurdes e o João Pedro, pelo companheirismo, compreensão e ajuda mútua.

Aos meus verdadeiros amigos, pelas confidências e partilhas.

Enfim, a todos aqueles que sabem que realmente são importantes para mim e me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje, um muito obrigada do fundo do coração.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 1 |
| I – Enquadramento concetual..... | 2 |
| 1.1 Casamento e União de facto..... | 2 |
| 1.2 A Construção do Nós..... | 4 |
| 1.3 O Ciclo de Vida do Casal..... | 7 |
| 1.4 A União Amorosa: Compromisso, Construção e Relação..... | 9 |
| 1.5 Intimamente Ligados..... | 16 |
| II – Objetivos..... | 17 |
| 2.1. Objetivos Gerais..... | 17 |
| 2.2. Objetivos Específicos..... | 17 |
| Modelo concetual..... | 17 |
| III – Metodologia..... | 18 |
| 3.1. Caraterização da Amostra..... | 18 |
| 3.2. Instrumentos..... | 20 |
| 3.3. Procedimentos de Investigação..... | 22 |
| 3.4. Procedimentos Estatísticos..... | 22 |
| IV – Resultados..... | 24 |
| 4.1. O estado civil tem influência na percepção da conjugalidade?..... | 24 |
| 4.2. É possível prever o comportamento da variável conjugalidade (variável dependente) a partir do estado civil “casados” e “união de facto” (variável independente) e das variáveis sexo, primeira relação de casal e etapa do ciclo vital do casal?..... | 26 |
| V – Discussão..... | 30 |
| 5.1. Influência do estado civil no ajustamento e funcionamento conjugais, controlando as variáveis moderadoras..... | 30 |
| 5.2. Influência na conjugalidade das relações estabelecidas entre as variáveis <i>estado civil, sexo, número de relações de casal e etapa do ciclo vital do casal</i> | 33 |
| VI – Conclusões..... | 38 |
| Bibliografia..... | 41 |
| Anexos | |

Introdução

O ser humano é mágico, indescritível e biologicamente social, tornando as suas relações e interações ainda mais peculiares e únicas. De facto, o Homem não sobrevive sem o outro, estamos constantemente em relação e em comunicação com o Mundo que nos rodeia.

Assim, é extremamente complexa a análise dos acontecimentos que influenciam o nosso crescimento e desenvolvimento enquanto seres sociais. A nossa personalidade será fundamentada nas pessoas, crenças, valores familiares, experiências de vida, ensinamentos, sentimentos, enfim, história de vida pessoal? Esta questão é bastante pertinente para a compreensão do ser humano e complexifica-se ainda mais quando dois indivíduos se tornam *casal*, originando o *nós* da relação.

Com a presente dissertação visa-se o estudo da relação mais íntima que dois sujeitos podem estabelecer, a relação conjugal. Este relacionamento é pautado cada vez mais por uma visão moderna e desinstitucionalizada do casamento, associada a uma matriz relacional e afetiva da conjugalidade (emergindo a união de facto), em detrimento de uma representação mais tradicionalista e conservadora do casamento (Vasconcelos, 1998, como citado em Relvas & Alarcão, 2002).

Neste sentido, definimos como objetivo geral do nosso estudo a análise da influência do *estado civil* na perceção de conjugalidade, por uma amostra de cônjuges casados e cônjuges em união de facto. Especificamente, foi nossa intenção compreender se o *estado civil* dos sujeitos influenciaria o ajustamento e funcionamento conjugais. O reconhecimento do importante valor explicativo da variável sociodemográfica *sexo* dos cônjuges e de variáveis conjugais, como o *número de relações conjugais* e a *etapa do ciclo vital do casal*, conduziu à sua inclusão nas análises efetuadas.

Partimos da expectativa de que o *estado civil* dos cônjuges pudesse representar um fator de proteção para o ajustamento e funcionamento conjugais nos indivíduos casados, confirmando a teoria descrita na literatura encontrada. Porém, apresentam-se cada vez em maior número os estudos em que se constata conclusões antagónicas, ou seja, em que os cônjuges em união de facto pontuam valores superiores nalgumas dimensões da perceção da conjugalidade. O presente estudo encontrou diferenças significativas neste domínio, relacionando os resultados entre os cônjuges casados e em união de facto.

É crucial a constante investigação nesta área, uma vez que os tempos estão sempre a mudar e a realidade que ontem conhecíamos como certa, poderá hoje ou amanhã já não o ser. Além disso, o carácter desta investigação na população portuguesa abre possibilidades para novas leituras das relações conjugais, esperando-se que tal represente um contributo relevante para a compreensão do fenómeno complexo da conjugalidade.

I – Enquadramento concetual

1.1. Casamento e União de facto

“Tanto os casais em casamento como os de união de facto pressupõem uma ligação afetiva entre duas pessoas que, vivendo sobre o mesmo teto, têm um projeto comum de vida familiar.” (Alarcão, 2000)

Desde os finais dos anos sessenta que a estrutura do casal se tem vindo a modificar significativamente. De acordo com os dados estatísticos do INE (Instituto Nacional de Estatística), constata-se importantes mutações nos padrões de nupcialidade e conjugalidade em Portugal. Entre eles destacam-se o aumento substancial do número de divórcios e a diminuição do número de casamentos. Além disso, tem-se verificado a generalização das uniões de facto, a acentuada subida de nascimentos fora do casamento, o número de famílias monoparentais e de pessoas sós.

Por conseguinte, tende a alterar-se também o modo como os casais vivem a sua relação conjugal. Deste modo, a conjugalidade é, atualmente, vivida e encarada de forma diferente de há uns anos atrás. Outrora, a relação conjugal era mantida sobretudo por razões de sobrevivência, linhagem e transmissão do património, com claras desigualdades de papéis sexuais e sob fortes pressões e constrangimentos familiares no passado. Nos dias de hoje a conjugalidade é partilhada com o ser escolhido e amado, traduzindo o afeto, intimidade, confiança, apoio e proteção do mundo exterior.

Em Portugal, a união de facto não é uma situação conjugal recente, porém, tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, quer em número, quer em visibilidade. A união de facto já não é, hoje, uma situação específica de um dado grupo social ou de uma determinada região do País, mas começa a generalizar-se como uma situação alternativa ao casamento legal. Deste modo, revela-se pertinente indagar acerca do significado que ela pode assumir e é encarada pelos cônjuges.

O casal atual sofreu uma profunda transformação, baseando-se no ideal romântico do amor, livre dos interesses económicos que pesavam sobre a formação das uniões, tornando-se um símbolo da liberdade individual de que gozam as sociedades ocidentais. De facto, a sociedade impregna-nos a mentalidade de “casar e ser felizes para sempre” narrado nos contos infantis. Assim, em vez de um casamento “até que a morte os separe”, os indivíduos têm optado por se instalar, juntar ou casar por um período ao longo do qual cada um poderá realizar o seu projeto individual (Burguière, 1999, como citado em Relvas & Alarcão, 2002).

Deste modo, surge uma visão moderna e desinstitucionalizada do casamento, associada a uma matriz relacional e afetiva da conjugalidade, em detrimento de uma representação mais tradicionalista e conservadora do casamento, com base numa matriz institucional (Vasconcelos, 1998, como citado em Relvas & Alarcão, 2002).

No que concerne ao casamento, este revela uma forma mais tradicional do relacionamento entre dois elementos do casal, sendo “o encontro de dois enviados familiares que se vão degladiar em torno da construção de um novo sistema familiar” (Whitaker, n/d., como citado em Gameiro, 2007).

William Shakespeare defendia que “o casamento faz de duas pessoas uma só, difícil é determinar qual será”. Por outro lado, Olson e DeFrain (2003) caracterizam o casamento como um compromisso emocional, e por vezes legal, de duas pessoas partilharem intimidade emocional e física, tarefas diversas e recursos económicos.

De acordo com o Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, o artigo 1577º do Código Civil Português define a noção de casamento como “o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código”. Relativamente à união de facto, esta é definida pela “situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos”, segundo o Decreto-lei 7/2001, de 11 de Maio (*in* www.pgdlisboa.pt).

A união de facto ou coabitação, é definida por um casal que vive numa relação emocional e sexual sem estarem casados (Williams e colaboradores, 2006, como citado em Silva, 2008). Os autores anteriormente mencionados apontam alguns motivos para o crescimento da união de facto, tais como: tolerância social, uma vez que outrora apenas era moralmente aceite a relação sexual dentro do casamento; igualdade feminina, pois atualmente as mulheres trabalham e são economicamente independentes, não dependendo de um casamento ou de um marido como suporte financeiro. Além disso, as altas taxas de divórcio são representativas da impermanência do casamento, fazendo com que a união de facto seja percebida como uma alternativa.

A união de facto pressupõe a valorização íntima dos laços conjugais, tal como a consagração da liberdade individual e conjugal. Esta forma de relacionamento reflete a desinstitucionalização dos laços e vínculos afetivos, ou seja, baseia-se na recusa da formalização legal da relação que subentende mais recusas, tais como, a rotina do quotidiano conjugal, os papéis sociais de “marido” e “esposa”, a distinção entre sexos na relação, a relação submetida à norma da procriação como seu objetivo último, entre diversos aspetos (Relvas & Alarcão, 2002). No entanto, com ou sem estes papéis, este tipo de relação (união de facto) não deixa de ser uma relação amorosa e de cariz conjugal que engloba toda a multidimensionalidade e complexidade da conjugalidade.

O outrora era necessário esperar pelo casamento para viver em casal, porém, este facto tem-se revelado cada vez mais raro nos dias de hoje. Além disso, no passado o casamento era determinante para a rutura entre o tempo de juventude na família de origem e a entrada na vida adulta. Atualmente os jovens passam por essa transição de forma mais agressiva e contínua. Assim

sendo, a vida a dois, inicia-se frequentemente desde os primeiros encontros, que fixam, desde logo, um quadro de mudanças. Usualmente a regularidade das relações sexuais conduz à coabitação.

A união de facto é, portanto, um modo de vida adotado por duas pessoas, independentemente do sexo, em condições análogas às dos cônjuges. Perante esta situação de facto, que gera situações aparentes à do matrimónio, entendemos que seja necessário proceder à análise dos elementos estruturantes do casamento. Assim, o nosso ordenamento jurídico regula a união de facto, num diploma próprio, na lei nº 7/2001, distinguindo-se do casamento que se encontra regulado no código civil, no livro IV de direito da família. Por conseguinte, a união de facto traduz-se na comunhão duradoura de vida em condições análogas à dos cônjuges (Rodrigues, 2010).

Segundo Mota e Raquel, como citado em Rodrigues (2010), a união de facto é uma relação de natureza sexual, prolongada e estável, entre duas pessoas de sexo igual ou diferente, com coabitação notória, isto é, comunhão de mesa, leito e habitação. Sendo assim, na união de facto há um acordo de vontades, no sentido do estabelecimento de uma vida em comum, mas que não reveste uma forma, não é solene, visto que não é exteriorizada e não há uma declaração expressa dessa vontade.

Em suma, a união de facto é um acordo íntimo que não é declarado expressamente, não necessitando de um processo preliminar de publicações, notando-se a ausência de registo, já que é um ato informal. Porém, é necessário que o casal esteja junto pelo menos dois anos para que seja reconhecida e atribuídos determinados efeitos jurídicos previstos pela Lei, enquanto que no contrato estabelecido pelo casamento este processo tem caráter imediato.

Uma das mudanças que tem ocorrido face ao casamento é a idade com que as pessoas se casam pela primeira vez, visto que cada vez mais o casal decide casar mais tarde, devido às alterações que têm ocorrido na sociedade, por exemplo o facto dos elementos do casal estudarem até mais tarde. Segundo Regan (2008), outra mudança drástica na natureza do casamento é a crescente ênfase que a maioria das pessoas dá à felicidade pessoal. Aspectos como o amor e carinho ganham determinado realce em relação à segurança económica, reprodução ou qualquer outro fator que era a base do casamento da cultura ocidental. Assim, as culturas com forte tradição dos casamentos “arranjados” estão a adotar cada vez mais um sistema matrimonial com base na escolha e atração mútua (Goodwin, 1999; Lieberman & Hatfield, 2006, como citado em Regan, 2008).

É de realçar as alterações que a díade conjugal tem sofrido ao longo dos anos, nomeadamente, quanto ao crescente exponencial do número de divórcios, o facto de optarem pelas uniões de facto ao invés do casamento, o surgimento de “novas famílias”, factos que contribuem para a transformação da dinâmica conjugal. Deste modo, a relação conjugal vai sendo estruturada entre a rotina e a criação de espaços e atenção ao outro que reforçam o

sentimento de ser único para a outra pessoa (Gameiro, 2004).

1.2. A Construção do Nós

*“Olhar em volta e perceber casais. Encontros e desencontros. Encontros que se mantêm, se metamorfoseiam e se fazem crescer.”
Narciso e Ribeiro (2009).*

A relação vem sempre primeiro, segundo Bateson (1987, como citado em Narciso 2002). No entanto, a relação de casal revela-se peculiar e distinta de todas as outras, uma vez que é “a única relação em que conceitos como ser educado, normal, não agressivo não têm qualquer sentido. Cada dois criam as suas regras de relação que muitas vezes são difíceis de compreender para quem está de fora” (Gameiro, 1999).

Quando um casal opta por se casar ou juntar, dá origem a um novo sistema, à sua nova família, formando um subsistema particular, o conjugal. Sendo assim, de forma a criar a sua própria identidade e uma base que dê segurança ao seu crescimento, o subsistema conjugal efetua movimentos centrípetos de modo a permitir, a cada um dos cônjuges, a articulação da sua individualidade e a sua totalidade o que, naturalmente, obriga também a uma diferenciação do mesmo relativamente à sua família de origem (Alarcão, 2000).

Segundo Alarcão (2000), o casal leva consigo uma bagagem enorme, transportando heranças familiares e aquisições que cada cônjuge fez ao longo do seu desenvolvimento e crescimento. Além disso, o contato com os pais e vivências, experiências de vida que com eles partilhámos, assim como as inferências que fazemos acerca da nossa vida, contribui para que cada um de nós vá construindo um modelo de vida pessoal, conjugal e familiar que, no casamento, mais concretamente na criação e no desenvolvimento do subsistema conjugal, vai ter que ser confrontado e negociado com o do nosso parceiro. Deste modo, a fase da formação do casal é um período que corresponde à formação de uma nova família nuclear, uma vez que, o casal se vai diferenciar, criando uma autonomia e identidade próprias, sem que, contudo, se perca a continuidade relativamente às gerações anteriores (McGoldrick, 1989; Relvas, 2004). Esta tarefa está essencialmente relacionada com a definição dos papéis de poder, de limites, de tomada de decisão e de modos de resolução de conflitos que, neste momento da relação, importa definir (Relvas, 2004). Por conseguinte, uma abertura excessiva do sistema ao exterior, num momento em que deve predominar o seu fecho, pode causar dificuldades que tornam a relação insustentável (McGoldrick & Carter, 1982; Relvas, 2004).

Uma vez mais podemos constatar diferenças entre o casamento e a união de facto, já que a sociedade dá um tempo de moratória para a edificação do novo sistema (conjugal), com a institucionalização da licença de casamento e da viagem/ estadia de núpcias e, depois, com a tolerância

face a uma menor presença do novo casal em diversos espaços. Além disso, à medida que este se vai formando, ganhando identidade e segurança, o casal começa a abrir-se progressivamente ao exterior (Alarcão, 2000). Por outro lado, na união de facto este procedimento pode não ocorrer, o que poderá suscitar dificuldades ou potenciar a formação de um “novo” casal de forma mais ou menos saudável e eficaz do que o processo de formação que o casamento legal impõe. De facto, revela-se bastante interessante e pertinente o estudo acerca das diferenças entre casais (casados e em união de facto) de forma a potenciar uma melhor compreensão das diferenças que a atualidade nos vai expondo, desafiando-nos, assim, à familiarização e perceção de novas realidades, multiplicando as visões e perspetivas.

De acordo com Lourenço (2006), todo o casal é formado por três elementos: eu, tu e nós. Apesar do casal, o indivíduo está sempre lá. O “eu” e o “tu” correspondem a cada um dos sujeitos e por conseguinte às variáveis individuais, como sejam a personalidade dos cônjuges, a sua maior ou menor autoestima, capacidade de tomar decisões, a forma de lidar com o *stress*, a idealização (do outro e do casal), a gestão dos afetos, os comportamentos e atitudes face à sexualidade, ou seja, as suas vulnerabilidades e resiliências individuais. Acrescente-se ainda, que cada um dos cônjuges tem uma identidade e uma vida própria, isto é, nem o casal nem os cônjuges se podem esquecer de que autonomia, partilha e negociação são instrumentos fundamentais de articulação. O “nós” engloba o par, e diz desde logo respeito ao processo de casal. Há uma necessidade por parte dos cônjuges em construir um nós pessoal, fruto de múltiplas influências, mas com fronteiras claras relativamente a cada uma delas e aos sistemas de onde provêm (Alarcão, 2000).

O sistema conjugal é um sistema humano natural, tratando-se de uma criação relacional de duas pessoas, uma conjugação das representações mentais de dois indivíduos (Relvas, 2000). Este desenvolve-se, complexifica-se ao longo da sua própria história – com Bateson (1984), pensamos em coevolução, em transformações relacionadas – muda substancialmente com a maturação dos dois parceiros envolvidos, com a mudança dos seus papéis familiares associados à chegada, desenvolvimento e partilha dos filhos (quando existem), com a mudança dos papéis profissionais, ascensão ou declínio económico (Floyd & Haynes, 1997; como citado em Lourenço, 2006).

Nas fases iniciais da relação são sobretudo os sentimentos primários e secundários que desempenham papéis principais. Picos contínuos de “explosão”, onde afetos, cognições e comportamentos se conjugam, sobretudo na primeira e segundas pessoas de um tempo presente. A esta configuração, com um perfil de sentimentos em “explosão”, chamamos paixão. O perfil de “explosão”, naturalmente, e necessariamente, a pouco e pouco vai deixando de ser tão contínuo, os sentimentos de fundo, mais intensos ou mais subtis, agora como principais atores. Sem negarmos ou ignorarmos que a paixão continua. As “explosões” irrompendo intermitentes,

aqui e ali, quiçá a própria paixão cada vez mais centrada na relação, à medida que o “absoluto do casal” (Caillé, 1991) se torna mais saliente (Narciso & Ribeiro, 2009). Gottman refere que a felicidade conjugal só é possível se existir estima-amizade, conhecimento mútuo profundo, respeito mútuo, prazer na companhia do outro, expressão dos afetos, entre outros aspetos. E que é precisamente a estima que permite a continuidade da paixão (Gottman & Silver, 2000, como citado em Narciso Ribeiro, 2009).

Durante o namoro, constroem-se muitos planos e muitos sonhos; iludem-se ou esquecem-se as divergências e os aspetos menos amados; ou fortalece-se a ideia onipotente de que, depois do casamento, com convivência e muito amor, o outro transformar-se-á de acordo com os nossos desejos e as nossas necessidades (Alarcão, 2000). O tempo de namoro é ilusão de que o nosso parceiro é um livro aberto, um livro que conhecemos como a palma da nossa mão, um livro que já lemos inúmeras vezes. Outra enorme ilusão é a de que após o casamento ele(a) vai mudar de acordo com o nosso desejo; se dá essa grande prova de amor (casar), e o “amor tudo alcança porque é mágico”, então é esperável que ele(a) mude aquilo que eu não gosto (Lourenço, 2006). Cada um dos cônjuges gasta imensa energia a tentar mudar o outro, algo que é impossível (Canevaro, 1999).

1.3. O Ciclo de Vida do Casal

“Todos nós sabemos que a intimidade é essencial para a vida. Todos nós já o sentimos. Às vezes de tal forma que desejamos ficar ‘juntos para sempre’.” Carvalho Lourenço (2006)

Segundo DeFrank-Lynch (1986, como citado em Lourenço, 2006) o ciclo de vida do casal divide-se em três etapas, separadas aproximadamente por dez anos de vida comum, nomeadamente: o estágio de Fusão, o estágio de Autonomia e por último, o estágio de Empatia. O primeiro estágio corresponde aos primeiros dez anos de vida conjugal. Quando duas pessoas decidem casar ou juntar-se, é normal que o sistema que criam se feche ao exterior para criar o “nós conjugal”, e que a sua principal tarefa desenvolvimental seja a fusão num só sistema de duas pessoas diferentes.

Além disso, o autor mencionado anteriormente destaca três subestádios, ou períodos distintos. No primeiro estágio destacam-se os seguintes períodos: 1-3 anos, 4-7anos e 7-10 anos. Nos primeiros três anos de vida em comum o casal edifica o sentimento de união. Cada um quer manter as ilusões que tem sobre si mesmo e sobre o cônjuge, o que adia a partilha da verdadeira intimidade, indispensável a uma relação segura e satisfatória. Este período inicial traz alguma satisfação mas o verdadeiro vínculo ainda não está estabelecido. O clima é conflitual e matizado por incertezas e questionamentos.

Aproximadamente ao quarto ano de vida de um casal estão constituídas algumas zonas de dependência recíproca. Até ao sétimo ano

todas as incertezas sobre a escolha do parceiro se viram para zonas menos perigosas e mais particulares. Neste período (4-7 anos) nasce a vontade de ter filhos. Para que a relação sobreviva a fusão deverá efetivar-se. É um período de obstinação, momento em que o casal define o seu território em áreas de simetria e de reciprocidade e tenta resolver os problemas do poder e do controle, em que define os modos de resolução de conflitos. Se a relação chegou a este momento é a horas das decisões. Os casais que passam o cabo dos sete anos de casamento entram numa etapa de fusão definitiva. A ansiedade, muitas vezes sob a máscara do aborrecimento, invade a vida do casal. No início da vida é comum as diferenças serem vividas como um atrativo suplementar e mesmo reconfortante. No presente essa percepção muda, as complementaridades são vividas como autênticas falhas. As qualidades atraentes do início tornam-se negativas. A reciprocidade (procurar no parceiro o que faz falta no próprio e que parece desejável), indispensável quando criamos laços, torna-se no presente fonte de incómodo e de desentendimento. Chegados a este estágio “ser um só” é fonte de ansiedade. A que parte do Eu renunciámos para o bem do casal? Cada um dos cônjuges começa a procurar a parte de si de que foi privado.

A segunda etapa, o estágio de autonomia, corresponde à segunda década de vida em comum do casal. Neste estágio o objetivo é o de transformar um sistema de duas semi-entidades numa terceira, feita de duas metades bem definidas. É uma fase marcada por uma complexidade de sentimentos, ou seja, de sentimentos contraditórios, de sofrimento e de confusão. O receio de explosão do sistema é realista, sendo caracterizado como o momento dos divórcios, passagens ao ato frequentes e separação física podem aparecer como os únicos meios de sobrevivência da individualidade, o único meio de reencontrar a sua própria personalidade. Assim, à medida que os filhos crescem a atenção dada pelos pais vai sendo menos necessária e permanente, e por isso, os pais voltam a ter consciência de si mesmos e da relação que os liga.

Em suma, a primeira etapa do casamento é vivida sobre o modo do “nós”, na segunda etapa nota-se o regresso ao “tu” e “eu”. Assim, toda a atenção se dirige para a individualidade, o egocentrismo é gerido de diversas formas, por vezes, com carácter destrutivo.

Após vinte anos de casamento, os jogos estão feitos. No estágio de empatia (3ª etapa), as recompensas de ter superado a segunda etapa são múltiplas. A mais importante é a acentuação de si mesmo e do outro em si, mais do que deveríamos. As diferenças são valorizadas, os cônjuges param de criticar o que lhes parece negativo no parceiro e aceitam as imperfeições e fraquezas. A relação volta a ser congruente. Dois indivíduos quase autónomos, psiquicamente independentes estão finalmente reunidos. A relação é estável e viável (Lourenço, 2006).

Se para muitos autores a designação “ninho vazio” faz sentido, também é aceite por vários que estamos a falar de uma fase caracterizada por níveis elevados de satisfação conjugal e de felicidade pessoal (Glenn, 1975;

Radloff, 1975, *in* Belsky, 1990).

Após a “relação da descoberta” (iniciado no namoro) e a “relação de família”, para Gilbert e Shmukler (1999), o que se atingiu foi uma “relação de companhia”, sendo nesta companhia e partilha de interesses que o casal se focaliza (Lourenço, 2006). Com base nos resultados obtidos por Lourenço, na sua tese de doutoramento “Casal: conjugalidade e ciclo evolutivo”, que tinha como objetivo geral estudar o ciclo vital do casal e identificar as variáveis associadas a regularidades do percurso do sistema conjugal, foi possível comprovar ou desconfirmar algumas das conclusões atribuídas por vários autores, às diferentes etapas de vida do casal.

Esta autora apresenta-nos uma visão mais atualizada (Lourenço, 2006), propondo as seguintes etapas do ciclo evolutivo do casal: 0-3 anos idealização; 4-10 anos: do estremecimento ao terramoto; 11-19 anos: empatia ou reaproximação; igual ou superior a vinte anos: questionamento; igual ou superior a 27/29 anos: companheirismo.

Na perspetiva de Carvalho Lourenço (2006), nota-se uma maior abertura ao exterior entre os quatro e sete anos de casamento, como se iniciasse a fase de diferenciação de que falam Bader e Pearson (1988, como citados em Gilbert & Shumukler, 1996) o que também confirma a proposta de De-Frank-Lynch (1986), que defende que nesta fase o cônjuge retira energia anteriormente investida na vida conjugal para colocar em algo diferente. Além disso, também defende que aos sete-dez anos a agitação domina, a rotina, o aborrecimento e a ansiedade.

1.4. A União Amorosa: Compromisso, Construção e Relação

“Ali, onde não havia nada, duas pessoas viram um casal e tendo-o visto, criaram-no. E, assim como cada ser humano é único e irrepitível... cada casal (aquela mulher com aquele homem) é, também, único e irrepitível. Não há outro igual no mundo”.

Caillé (1991), como citado em Narciso (2006).

De facto, quando duas pessoas se casam e/ou juntam criam um novo sistema, originando um subsistema único, o conjugal. Este subsistema conjugal é, desde logo, o alicerce da relação que se estabelece entre os cônjuges (Alarcão, 2000). Além disso, Relvas (2000) reforça que este sistema se trata de uma criação relacional de duas pessoas, uma conjunção das representações mentais de dois indivíduos. Assim sendo, a compreensão do sistema como um todo resulta da configuração de interações e relações entre estes elementos, formando-se um terceiro elemento: “o nós” (Gulotta, 1993, como citado em Relvas, 2000).

A relação conjugal sem amor passou a ser insuportável, a felicidade pessoal passa cada vez mais pelo sentimento de amar e ser amado. O amor é uma configuração complexa e dinâmica de sentimentos conscientes por um outro, com um outro e por um “nós” em criação, indissociável do desejo

físico-psicológico do outro, do desejo de mutualidade de sentimentos, e implica a redefinição criativa do próprio si como um si partilhado. É sobretudo por amor que as pessoas se unem, que desenvolvem e se mantêm relações, e é pela sua ausência que muitas relações terminam (Narciso & Ribeiro, 2009).

No entanto, o amor não é suficiente para manter uma relação de longa duração, existindo diversas variáveis que também apoiam, condicionam e influenciam a vivência e construção do casal. Assim, o funcionamento conjugal é constituído por várias dimensões, tais como, a idealização, a satisfação conjugal, aspetos da personalidade de cada cônjuge, a comunicação, estratégias de resolução de conflitos que utilizam, a gestão financeira, as atividades de lazer, as relações sexuais, os filhos e casamento, aspetos das famílias e amigos, a igualdade de papéis partilhados por cada elemento do casal e também a orientação religiosa.

Segundo Lourenço (2006), níveis elevados de **idealização** são comuns em casais de namorados, decrescendo desde o início da relação conjugal até aos dez anos de relação. No entanto, nota-se um aumento bastante significativo a partir dos onze anos da relação, com um novo e ligeiro decréscimo quando a relação atinge os vinte anos de duração. Entre os onze e dezanove anos acontece um novo “reencontro” dos parceiros. À etapa dos oito aos dez anos associa-se uma importante mudança marcada por um maior realismo dos cônjuges, mas não é a primeira, pois ela encontra-se também na fase dos quatro aos sete anos de conjugalidade (Lourenço, 2006).

A **satisfação conjugal** pode ser entendida como a diferença entre o funcionamento ou ajustamento real do casal e aquele que seria o seu ideal (Olson, 1988, como citado em Narciso, 1996). Uma diferença elevada entre estes dois conceitos conduziria a casais pouco satisfeitos ou insatisfeitos, enquanto que uma diferença pequena entre o nível real e o ideal de funcionamento conjugal corresponderia a casais satisfeitos. Outra forma de operacionalizar a satisfação conjugal consiste em avaliar a perceção subjetiva que cada membro do casal apresenta da relação. Esta medida permite compreender, não a satisfação relativamente a critérios externos e padronizados para todos os indivíduos, mas sim o que cada indivíduo sente relativamente à realidade da sua própria relação (Thompson, 1988, como citado em Narciso, 1996). São vários os fatores que podem influenciar a satisfação conjugal, podendo ser organizados, segundo Narciso (2001) em centrípetos, centrífugos e de tempo ou percurso de vida.

O amor e o casamento parecem ser a principal fonte de felicidade individual. A satisfação conjugal parece contribuir mais para o bem-estar individual do que o sucesso profissional, a religião ou os bens materiais e financeiros em conjunto (Fowers, 1998; Glenn, 1991, 1998, 2001, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009).

Willems (2006), constata que os casais em união de facto se demonstram significativamente menos satisfeitos nas suas relações do que os casais casados. Porém, não existem dados sobre a satisfação nas relações de

longa duração, nem quanto às suas alterações ao longo do tempo relativamente a indivíduos casados e em união de facto. Por outro lado, segundo o estudo de Silva (2008), ambas as sub-amostras (casados e em união de facto) classificam as suas relações como satisfatórias, porém, foram encontradas diferenças significativas entre eles, tendo a união de facto apresentado, uma maior satisfação conjugal.

A dimensão dos **aspetos da personalidade** avalia o conforto ou desconforto que cada indivíduo sente relativamente face aos traços de personalidade do cônjuge, tendo grande importância na vivência conjugal. É habitual o permanente desejo de mudar o outro (Lourenço 2006).

“A capacidade e vontade de comunicar é um dos fatores mais importantes na manutenção de uma relação satisfatória (...) a **comunicação** é a chave para uma relação de casal bem sucedida” (Olson & DeFrain, 2003).

Segundo Alarcão (2000) a complementaridade em termos relacionais revela-se o modelo comunicacional por excelência, numa articulação oscilante das posições *one-up* e *one-down*. No entanto, nem sempre a complementaridade comunicacional assume esta oscilação funcional. Por vezes, os cônjuges cristalizam as suas posições, criando um modelo da conjugalidade que se define pela equação dominador/ dominante. Por outro lado, a simetria comunicacional tem também de existir no casal, permitindo a cada um o exercício da sua própria individualidade e o treino da competição consigo próprio e com o outro, tratando-se de um importante alimento para o *eu* e para o *tu* do casal. É fundamental não esquecer que a funcionalidade da comunicação passa pela articulação e alternância destes dois modelos, a complementaridade e a simetria.

A metacomunicação, na vida do casal, é algo extraordinariamente importante, é um elemento fundamental para a construção e evolução do processo de casal, permitindo aos cônjuges esclarecerem-se, negociarem, ultrapassarem conflitos, ligarem-se (Alarcão, 2000).

Diversos estudos revelam que casais insatisfeitos com níveis insuficientes de intimidade, quando comparados com os satisfeitos, apresentam uma comunicação deficiente em termos de expressividade, de desejos, afetos e necessidades, envolvem-se menos em atividades conjuntas e expressam mais negatividade, centrando, com mais frequência, a comunicação em afetos, evocação de acontecimentos e comportamentos desagradáveis, do que agradáveis (Narciso, 1994).

Acrescente-se ainda que Noller e colaboradores (como citado em Narciso, 2001) salientam o facto dos casais satisfeitos comunicarem com maior clareza e serem mais competentes na perceção dos sentimentos e necessidades dos cônjuges. A comunicação entre o casal tem-se revelado o veículo privilegiado para a intimidade, sem a qual a inibição e a inaptidão para se despir de preconceitos, perante o outro, irão proporcionar apenas modos insatisfeitos de consumação conjugal.

Relativamente à **resolução de conflitos**, tem-se demonstrado como o afeto positivo e a validação mútua desempenham um papel fulcral na

resolução de conflitos em casais insatisfeitos, onde predomina o afeto negativo nas trocas interacionais (Gottman & Silver, 2000, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009). Facilmente se compreende que quanto mais próxima e íntima uma relação maior é a probabilidade de conflito entre os indivíduos. Na vivência conjugal há formas construtivas e destrutivas de resolução de conflitos (Lourenço, 2006).

Devemos ampliar o nosso campo de visão para percebermos a capacidade individual e conjugal de exprimir, de uma forma construtiva, a zanga, em concreto mitos e tabus. A maioria dos casais tem medo das emoções negativas, ambicionando que elas desapareçam com o passar do tempo. Existem duas razões fundamentais na base disto, uma sociológica e outra psicológica (Lourenço, 2006). Quanto à dimensão sociológica, é de realçar que em muitas culturas existe um tabu contra a expressão da zanga, de geração em geração transmite-se que as pessoas boas e competentes não mostram zanga, que esta é errada, mostrando que algo está terrivelmente errado numa relação; conduzindo os indivíduos a negar os seus sentimentos genuínos (Olson & DeFrain, 2003). A dimensão psicológica está associada à insegurança humana, no delicado equilíbrio entre dependência e independência do cônjuge. A zanga pode ser uma emoção positiva se ajudar o casal a criar uma relação com a necessária independência (Lourenço, 2006).

Brown e Booth (1996), como citado em Willets (2006), constataram que os casais em união de facto, juntos até cinco anos, discutem mais frequentemente que os legalmente casados no mesmo período de tempo. No entanto, esta diferença tende a desaparecer quando se comparam casais legalmente casados e casais juntos com intenção futura de casar. Não foram encontrados estudos que explorassem a gestão de conflitos entre casais casados e em união de facto juntos há mais de cinco anos, nem quanto a possíveis alterações ao longo do tempo de casamento ou união de facto.

Relativamente à **gestão financeira** notam-se muitas vezes diferenças nos estilos de gastar/ poupar dos dois parceiros, sendo distintas as prioridades de gastos (Lourenço, 2006). Assim, quanto maior a diferença, maior é a probabilidade de conflito nesta área. A investigação indica que os casais que gerem bem o seu dinheiro e finanças tendem a ser mais felizes no casamento (Olson & Olson, 2000, como citado em Olson & DeFrain, 2003). A gestão do dinheiro num casal também envolve a questão do poder e do controlo. Gerir o dinheiro pode ser uma forma de dominar o outro (Lourenço, 2006). “Tornar-se casal também significa trocar a independência financeira pela interdependência financeira” (Lourenço, 2006).

No que concerne às **atividades de lazer** dos casais, facilmente se compreende que um dos elementos do meio social que mais afeta os casais é a falta de tempo para si próprio e para o outro. Assim, o trabalho, os filhos, as famílias de origem são deveras importantes condicionantes do quanto e como se partilham momentos de lazer. Aqui as aptidões e motivações individuais não devem ser esquecidas. A capacidade de desfrutar momentos

de lazer com o cônjuge depende do querer individual e conjugal (Lourenço, 2006).

Brown e Booth (1996), como citado em Willets (2006), estudaram a relação entre casais em união de facto e as suas atividades de lazer, analisando a frequência de interações (momentos passados com o cônjuge). Porém, não foram encontradas diferenças significativas entre casais em união de facto (com relação de curta duração) e casais casados. No entanto, indivíduos em união de facto, com planos futuros de casar, gastam mais tempo a sós com os seus parceiros do que os indivíduos casados.

A relação conjugal é, para a maioria dos homens e mulheres, a relação mais íntima que estabelecem (Narciso & Ribeiro, 2009). As **relações sexuais** têm portanto, um poderoso valor simbólico. “O sexo constitui um dos principais recursos ou fontes de gratificação/frustração das relações humanas”, defende Alferes (1994). A sexualidade emerge assim, como uma expressão da existência e dinâmica do casal, sendo um dos melhores preditores do futuro da relação.

No que concerne à dimensão dos **filhos e casamento**, a ideia que vigora é a da influência recíproca (Lourenço, 2006). O primeiro filho provoca uma mudança significativa na vida conjugal com a passagem da díade ao triângulo. Esta alteração começa na gravidez com a mulher a ficar progressivamente envolvida no seu novo papel e, por sua vez o homem interessa-se pelo que se está a passar, mas manifesta alguma dificuldade em encontrar o seu lugar neste novo “filme”. Com o passar do tempo, espera-se que o casal reencontre um equilíbrio, diferente do anterior, mas se tudo correr bem, igualmente satisfatório. O nascimento e crescimento dos filhos cria uma nova dimensão no casal, a dimensão parental (Gameiro, 2004).

O número de filhos do casal é uma variável com forte peso explicativo das diferenças encontradas no seio da conjugalidade dos sujeitos da amostra estudada por Carvalho Lourenço (2006), excluindo duas dimensões que parecem não influenciar e que o número de anos influencia: aspetos da personalidade e família e amigos. Em todas as grandes áreas da conjugalidade estudadas (incluindo ajustamento mútuo e desejo de mudança) ter três ou mais filhos parece que marcam uma transição no ciclo evolutivo dos casais, particularmente no que respeita à idealização, desejo de mudança e ajustamento mútuo (Lourenço, 2006).

Segundo Lourenço (2002), com o nascimento do primeiro filho, tanto o homem como a mulher têm que desenvolver novos papéis enquanto pai e mãe. A partir desse momento enfrentarão muitas exigências na educação dos filhos, que a todo o momento põem à prova a sua paciência, autoestima e criatividade na resolução de novas exigências. O grande desafio é levar essas tarefas a bom tempo sem negligenciar a relação conjugal.

Relvas (1996), reflete que o aparecimento de uma criança traz consigo um decréscimo na intimidade e satisfação conjugal em termos globais e específicos, como por exemplo a nível das relações sexuais e do tempo e atenção mutuamente disponível entre os membros do casal.

Na resolução deste momento de crise é importante não só a qualidade da construção conjugal anterior como a qualidade do afeto conjugal presente, a relação entre a díade parental e a forma como esta última aceita a relação triádica. Com efeito não é apenas o bebé que, após um período de simbiose normal, tem que aceitar um terceiro, abrindo-se a novas relações. São também os pais que têm que aprender como relacionar-se diadicamente na presença de um terceiro (Alarcão, 2000).

De acordo com Benkovskaia (2008), a presença dos filhos, nos anos intermédios de casamento parece afetar a relação devido à sobrecarga de tarefas domésticas e parentais, sobretudo para as mulheres, e também devido à diminuição de tempos livres e exclusivos do casal. Segundo Belsky & Kelly (1994, como citados em Shapiro, Gottman & Carrère, 2000), quanto maior for o conhecimento que cada cônjuge tem do seu companheiro e da sua relação, melhor será a manutenção de uma boa comunicação e satisfação nos casais que se tornam pais. Assim, o elevado grau de conhecimento da relação e da companheira surge como um preditor da satisfação conjugal. De igual modo, a consciência dos esforços que o marido faz para estar presente, para dar apoio e amor neste período, aumentarão a satisfação da esposa em relação ao casamento, as interações positivas e diminuirão o número de conflitos entre o casal. Em contrapartida, a negatividade para com o cônjuge, o desapontamento para com o casamento e/ou para com o cônjuge e o sentimento de caos ao perceber que as mudanças estão fora do controle, vêm refletir fortes vulnerabilidades no casamento e declínios na satisfação conjugal neste período de transição.

Para resolver este período crítico de forma criativa e satisfatória, é necessário, segundo Alarcão (2000), que o casal alimente de forma significativa a dimensão individual de cada um dos cônjuges sem descurar o “nós” conjugal. Assim sendo, revela-se de extrema importância a percepção de que a qualidade relacional do casal vai ser o principal suporte de cada um dos cônjuges para superar todas as dificuldades ao longo das diferentes fases do ciclo de vida, nomeadamente, após o nascimento dos filhos (Bowlby, 1951, Herdy, 1999, como citados em Blom & Dijk, 2007).

Segundo Scanzoni (1995), como citado em Willets (2006), os filhos podem ter um impacto significativo na qualidade da relação entre casais em união de facto e casais casados, no entanto, o casamento continua a ser entendido como o contexto mais adequado para os criar.

No que diz respeito à dimensão da **família e amigos**, é de realçar um excelente recurso para o casal que é a rede social de apoio. A família e os amigos são uma peça nodal, cuja presença física e emocional vai sofrendo modificações ao longo do tempo (Lourenço, 2006). As heranças familiares, como salienta Gameiro (2004), têm um peso preponderante nos primeiros tempos da relação conjugal, influenciando-a de duas formas distintas e complementares. Cada um transporta para a relação a sua história, com todos os valores, mitos e formas de estar na família.

A questão da **igualdade de papéis** entre os cônjuges não se pode

desligar da reflexão sobre o conflito, a intimidade e o poder na relação conjugal. Apesar das muitas mudanças nos papéis sexuais os velhos padrões persistem (Lourenço, 2006). Os papéis sexuais com maior probabilidade de serem associados às mulheres incluem os seguintes elementos: prestação de cuidados, afetividade, sensibilidade interpessoal, preocupação com o bem-estar dos outros e expressividade emocional. Relativamente ao sexo masculino destacam-se as seguintes características: assertividade, controlo, força, independência, liderança e ambição (Helgeson, 1994, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009).

Brown e Booth (1996, como citados em Willets, 2006), constataram que os casais em união de facto juntos até cinco anos percecionam uma menor igualdade de papéis do que os casais legalmente casados no mesmo período de tempo. Nock (1995), como citado por Willets (2006) não encontrou diferenças significativas na perceção da igualdade de papéis entre casais em união de facto e casais casados juntos até dez anos. No entanto, estes estudos sugerem que a os casais em união de facto com longa duração da relação apresentam resultados semelhantes aos casais em casamento.

A **orientação religiosa** e a partilha de valores espirituais em alguns casos criam laços entre os membros do casal. A literatura sustenta que a religiosidade está fortemente associada a maior qualidade e satisfação conjugal, índices mais baixos de conflito conjugal, infidelidade, de divórcio e de abuso físico e emocional (Fagan, n/d. como citado em Lichter & Carmalt, 2009). No entanto, noutras conjugalidades a influência da religião é muito ténue. Todavia é impossível anular o enquadramento das crenças e ensinamentos religiosos, mesmo que indiretamente, mesmo que não exista uma prática ou um acreditar. Os comportamentos e atitudes dos cônjuges face à sexualidade, contraceção, trabalho, papéis sexuais, divórcio, também são o reflexo da sua orientação religiosa (Lourenço, 2006).

Olson e colaboradores (1983, como citados em Lourenço, 2006) notam o aumento da participação em atividades religiosas desde que o casal tenha um filho adolescente. Os dados que obtiveram no estudo apontam um aumento contínuo e crescente da visão do papel da religião na relação do casal, a partir do oitavo ano de vida destes.

O funcionamento conjugal estudado através da ENRICH permite avaliar áreas problemáticas e recursos do casal nas diversas dimensões da relação, sobre as quais se tem vindo a refletir neste ponto da presente dissertação. Assim, este instrumento de avaliação descreve potenciais problemas mas também identifica áreas de crescimento e enriquecimento (Fourier & Olson, 1986, como citados em Lourenço, 2006).

Mas um dos temas fulcrais aquando da análise e da díade conjugal reside, também, na compreensão da variável do ajustamento mútuo, ou seja, no estudo do consenso mútuo, satisfação mútua, expressão afetiva e coesão mútua. Deste modo, segundo Spanier (2001, como citado em Lourenço, 2006), o conceito de ajustamento conjugal, analisado através do EAM (Escala de Ajustamento Mútuo), pode ser percecionado de duas formas:

como um processo ou uma avaliação qualitativa de um estado. No primeiro caso, considera-se que o processo consiste nos acontecimentos, circunstâncias e interações que movimentam um casal para trás e para a frente ao longo de um *continuum*, e num movimento ao longo do mesmo. Assim, o ajustamento conjugal é definido como um processo de movimento ao longo de um *continuum*, que pode ser avaliado em termos de proximidade a bom ou pobre ajustamento. Segundo o autor, parece que o ajustamento é um processo em mudança, com uma dimensão qualitativa que pode ser avaliada em qualquer ponto no tempo, numa dimensão de bem ajustado ou mal ajustado.

A EAM divide-se em quatro sub-escalas, nomeadamente, o consenso mútuo, a satisfação mútua, a expressão afetiva e a coesão mútua.

No que concerne ao **consenso mútuo**, este avalia o acordo entre parceiros em assuntos importantes para a relação, tais como o dinheiro, religião, amigos, entre outros. A **satisfação mútua** mede a tensão na relação e até que ponto o indivíduo já pensou terminar a relação. Quanto à **expressão afetiva**, esta diz respeito à medição da satisfação do indivíduo com a expressão de afeto e sexo na relação. Por fim, a **coesão mútua** avalia os interesses comuns e atividades partilhadas pelo casal (Lourenço, 2006).

1.5. Intimamente Ligados

“Quando se ama e se é amado deseja-se partilhar. A partilha implica ausência de egoísmo, chave do casamento feliz, durável.”

Guítton e Antier (1999, como citados em Narciso & Ribeiro, 2009).

Na literatura, as componentes da intimidade que têm sido mais descritas e estudadas são a partilha e autorrevelação, o apoio emocional, a confiança, a mutualidade e a interdependência, sendo que o amor e a sexualidade definem a natureza romântica da relação de intimidade (Narciso & Ribeiro, 2009). A evolução e transformação da intimidade ao longo do tempo é também uma questão fulcral para a sua compreensão, pelo que têm sido desenvolvidas várias investigações nesta temática.

Segundo Costa (2005, como citado em Crespo, Narciso, Ribeiro, & Costa, 2006) a intimidade é o conceito estrutural mais complexo das relações conjugais, pelo que a sua compreensão é vital para o conhecimento do casal, numa perspetiva de prevenção e melhoria das relações íntimas.

A intimidade, sendo um conceito multidimensional, é constituída por vários componentes que diferem de acordo com os diversos autores, como se constata através das várias definições acima referidas. Segundo Narciso (2001), a intimidade é conceptualizada “como um tecido relacional, constituído por vários fios-componentes – partilha e autorrevelação, apoio emocional, confiança, interdependência e mutualidade – e um fio contorno – amor e sexualidade” (Narciso & Ribeiro, 2009). O amor e a sexualidade serão, na perspetiva das autoras, as componentes que definem a natureza

romântica das relações de intimidade.

De acordo com Narciso (2002), a noção de intimidade engloba sete processos centrais, nomeadamente: sentimentos, autorrevelação/ partilha, apoio emocional, confiança, mutualidade, interdependência e a sexualidade característica de cada casal.

No que concerne aos sentimentos (particularmente ao amor), é uma tarefa árdua e complexa a busca de uma definição, uma vez que pode ser entendido como “uma configuração complexa e dinâmica de sentimentos conscientes por um outro, a qual é indissociável do desejo físico/ psicológico do outro, do desejo da mutualidade de sentimentos, e implica a progressiva redefinição do si como um si partilhado, onde os sentimentos e desejos do outro são cada vez mais os nossos” (Narciso, 2001). Assim, a autorrevelação/ partilha constitui um componente simultaneamente catalisador e catalisado por sentimentos de amor (Collins & Miller, 1994, como citados por Narciso, 2002), já que a autorrevelação e a partilha permitem que cada membro do casal revele ao outro os seus sentimentos, pensamentos, história de vida, projetos, entre outros, o que contribui para a formação e manutenção da identidade do casal (Chelune, Robinson & Kommor, 1984; Derlega, 1984; Fitzpatrick, 1988, como citados em Narciso, 2002).

O apoio emocional diz respeito à preocupação, validação e suporte mútuos, parecendo estar fortemente relacionado com a satisfação conjugal, e constituindo como uma das maiores fontes de bem-estar psicológico e físico (Narciso, 2001). Além disso, a confiança é um componente que, para existir, pressupõe uma visão positiva do parceiro e da relação e também expectativas positivas quanto ao futuro da relação (Narciso, 2002).

A história de vida, sentimentos, pensamentos e comportamentos conjuntos realizados pelo casal, estando no cerne da identidade do casal diz respeito à mutualidade (Acitelli, 1996; Genero e colaboradores, 1992, como citados em Narciso, 2002). Por outro lado, a interdependência prende-se com o equilíbrio entre pertença e autonomia, o que é fundamental para o bem-estar relacional e individual (Narciso, 2002). Por fim, a sexualidade é um dos processos vitais para a manutenção de uma relação apaixonada, podendo, até, ser percecionada como uma espécie de barómetro da relação (Narciso, 2001), pelo que se considera improvável manter uma vida sexual satisfatória se não existir satisfação e qualidade conjugal globais, bem como, se não forem satisfatórios os processos de autorrevelação, apoio emocional, confiança, mutualidade e interdependência.

II - Objetivos

2.1. Objetivos Gerais

Com a presente dissertação pretendemos aprofundar o conhecimento sobre um sistema deveras complexo e único, o sistema conjugal. O principal objetivo deste estudo visa analisar em que medida o estado civil (casamento ou união de facto) influencia o modo como os indivíduos percecionam a sua conjugalidade.

2.2. Objetivos Específicos

- Analisar se existem diferenças, relativamente ao *estado civil*, quanto à perceção do ajustamento conjugal (avaliado pela EAM) de cônjuges em casamento e cônjuges em união de facto e perceber em que medida e como cada tipo de relação influencia o funcionamento conjugal (avaliada pela ENRICH), controlando o efeito moderador de algumas variáveis sócio-demográficas (tais como, o *sexo*, o *número de relações de casal* e a *etapa do ciclo vital do casal*);

- Estudar se existem diferenças entre indivíduos em casamento e indivíduos em união de facto (tendo em conta as variáveis concomitantes) na forma como percecionam o ajustamento conjugal e as seguintes dimensões: consenso mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva;

- Compreender se existem diferenças entre os cônjuges na forma como percecionam o funcionamento conjugal, tendo em conta as variáveis concomitantes nas doze áreas distintas: idealização, aspetos da personalidade dos cônjuges, comunicação, satisfação, resolução de conflitos, igualdade de papéis, gestão financeira, atividades de lazer, relações sexuais, filhos e casamento, família e amigos e orientação religiosa;

De seguida, apresentamos o nosso modelo concetual (figura 1):

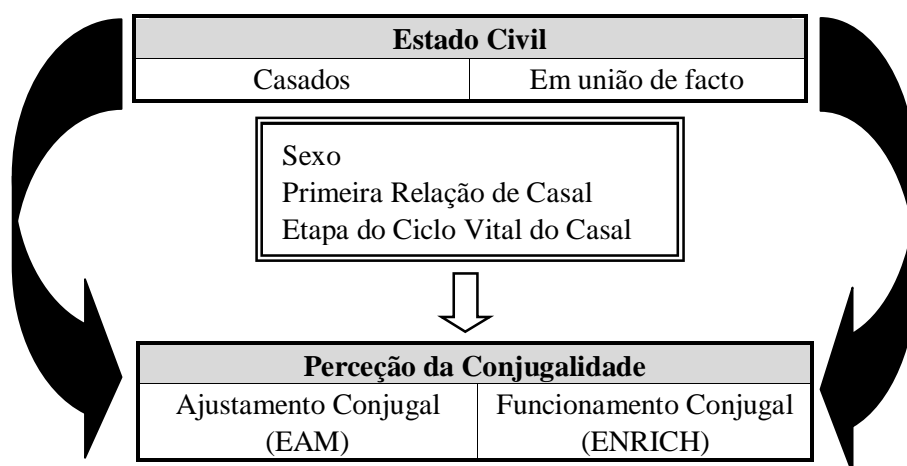


Figura 1 - Modelo concetual hipotético das relações entre as variáveis do estudo empírico.

III - Metodologia

3.1 Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo foi recolhida no âmbito de um projeto de investigação sobre a relação de casal na população portuguesa, com o intuito de compreender como os cônjuges percebem a sua conjugalidade em função do seu estado civil (casados ou em união de facto).

Sendo assim, obteve-se uma base final composta por 489 indivíduos casados (69.5%) e por 215 indivíduos em união de facto (30.5%).

De acordo com as características gerais da amostra, tal como se pode observar na tabela 1, esta é constituída por 426 indivíduos do sexo feminino (60.5%) e 278 indivíduos do sexo masculino (39.5%), que apresentam idades compreendidas entre os 18 anos e os 84 anos, sendo a média das idades dos sujeitos de 41 anos (D.P.=10,2). A maioria dos sujeitos reside num meio predominantemente urbano (47%) e possui habilitações ao nível do Ensino Superior (33.9%) ou do 12º ano de escolaridade (26.5%).

No que diz respeito à religião constata-se que 52.1% dos casais se consideram crentes não praticantes, 34.2% crentes praticantes e 13.7% não crêm na religião.

Tabela 1. Estatística descritiva das características gerais da amostra.

| Características gerais da amostra | | Estado Civil | | | | Total | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|------|---------------------------------|------|-------|------|
| Variáveis | Categorias | Casados n=489 (69.5%) | | União de facto n=215 (30.5%) | | N=704 | |
| | | n | % | n | % | n | % |
| Sexo | Feminino | 308 | 63 | 118 | 54.9 | 489 | 69.5 |
| | Masculino | 181 | 37 | 97 | 45.1 | 215 | 30.5 |
| Idade | 22-29 Anos | 37 | 7.6 | 67 | 31.2 | 104 | 14.7 |
| | 30-39 Anos | 144 | 29.4 | 88 | 40.9 | 232 | 33 |
| | 40-49 Anos | 158 | 32.3 | 41 | 19.1 | 199 | 28.3 |
| | ≥ 50 Anos | 150 | 30.7 | 19 | 8.8 | 169 | 24 |
| Meio de Residência | Predominante/ rural | 136 | 28 | 52 | 24.2 | 188 | 26.8 |
| | Madiana/ urbano | 146 | 30 | 38 | 17.7 | 184 | 26.2 |
| | Predominante/ urbano | 204 | 42 | 125 | 58.1 | 329 | 47 |
| Habilitações Literárias | Ensino superior | 158 | 32.6 | 78 | 36.6 | 236 | 33.9 |
| | Ensino médio | 9 | 1.9 | 4 | 1.9 | 13 | 1.9 |
| | 12º Ano | 127 | 26.2 | 58 | 27.2 | 185 | 26.5 |
| | 9º Ano | 90 | 18.6 | 47 | 22.1 | 137 | 19.7 |
| | 6º Ano | 49 | 10.1 | 15 | 7 | 64 | 9.2 |
| | 4º Classe | 29 | 6 | 3 | 1.4 | 32 | 4.6 |
| Religião | Ainda não terminou | 22 | 4.5 | 8 | 3.8 | 30 | 4.2 |
| | Não crente | 43 | 8.8 | 53 | 24.8 | 96 | 13.7 |
| | Crente praticante | 208 | 42.8 | 31 | 14.5 | 239 | 34.2 |
| | Crente não praticante | 235 | 48.4 | 130 | 60.7 | 365 | 52.1 |

No que concerne às variáveis conjugais, tal como se constata na tabela 2, a maioria dos sujeitos vivem a sua primeira relação de casal (80.8%).

Relativamente à etapa do ciclo vital do casal, a amostra conta com 35.5% de casais juntos há mais de vinte anos e 17.8% de casais juntos até três anos. Analisando o ciclo vital da família verifica-se uma menor percentagem dos casais em que todos os filhos saíram de casa “ninho vazio” (5.6%), predominando os casais com filhos adolescentes (36.5%) e os casais sem filhos (16%).

Quanto à situação parental, os casais com filhos representam 74.7% da amostra e os casais que não têm filhos 25.3%.

Tabela 2. Estatística descritiva das características da situação relacional da amostra.

| Conjugalidade | | Estado Civil | | | | Total | |
|---------------------------------------|----------------------------|--------------------------|------|---------------------------------|------|-------|------|
| Variáveis | Categorias | Casados n=489 (69.5%) | | União de facto n=215 (30.5%) | | N=704 | |
| | | n | % | n | % | n | % |
| Nº Relações de casal | 1ª Relação | 442 | 90.6 | 126 | 58.6 | 568 | 80.8 |
| | Mais do que uma relação | 46 | 9.4 | 89 | 41.4 | 135 | 19.2 |
| Etapa do ciclo vital do casal | 0-3 Anos | 24 | 4.9 | 100 | 48.1 | 124 | 17.8 |
| | 4-10 Anos | 112 | 23 | 74 | 35.6 | 186 | 26.8 |
| | 11-19 Anos | 113 | 23.2 | 25 | 12 | 138 | 19.9 |
| | ≥ 20 Anos | 238 | 48.9 | 9 | 4.3 | 247 | 35.5 |
| Etapa do ciclo vital da família | Casal sem filhos | 42 | 8.6 | 70 | 33.3 | 112 | 16 |
| | Filhos pequenos | 69 | 14.1 | 40 | 19 | 109 | 15.7 |
| | Filhos em idade escolar | 81 | 16.6 | 25 | 11.9 | 106 | 15.2 |
| | Filhos adolescentes | 216 | 44.3 | 39 | 18.6 | 255 | 36.5 |
| | Família lançadora | 50 | 10.2 | 27 | 12.9 | 77 | 11 |
| | Ninho vazio | 30 | 6.1 | 9 | 4.3 | 39 | 5.6 |
| Filhos | Sem filhos | 50 | 10.2 | 128 | 59.5 | 178 | 25.3 |
| | 1 | 152 | 31.1 | 52 | 24.2 | 204 | 29 |
| | 2 | 238 | 48.7 | 26 | 12.1 | 264 | 37.5 |
| | 3 ou mais | 49 | 10 | 9 | 4.2 | 58 | 8.2 |

Procedemos a análises estatísticas para estudar a comparabilidade das sub-amostras nas diferentes variáveis (*cf.* Anexo I), verifica-se que as sub-amostras não são equivalentes ($p < 0.05$) no que respeita ao meio de residência, sexo, idade e variáveis conjugais. No entanto, verifica-se a equivalência nas seguintes sub-amostras sociodemográficas: habilitações literárias e religião ($p > 0.05$).

3.2. Instrumentos

O protocolo utilizado na presente investigação (*cf.* Anexo II) é constituído por três instrumentos: o Questionário Sociodemográfico; a Escala de Ajustamento Mútuo – versão adaptada e validada por Lourenço e Relvas (2003) e o inventário ENRICH (Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade) – versão adaptada e validada por Lourenço e Relvas (2003).

Questionário Sociodemográfico

Este questionário tem como principal objetivo a recolha de informação acerca do indivíduo e dos seus familiares. Assim, os campos a responder dizem respeito a dados pessoais do sujeito e da sua relação de casal, integrando diversas variáveis, tais como: sexo, idade, situação relacional do respondente e seu cônjuge, estado civil, área de residência, habilitações literárias, profissão, situação profissional, religião e informações relativas à existência de filhos, relacionando com as relações conjugais atuais e anteriores. Além disso, permite situar temporalmente a aplicação do protocolo, uma vez que contém informação acerca da data de preenchimento do mesmo.

Escala de Ajustamento Mútuo (EAM) (Lourenço, M., & Relvas, A. P., 2003)

A Escala de Ajustamento Mútuo (EAM) é um instrumento de autorresposta com forte utilidade preditiva e interpretativa na caracterização de relações diádicas (Lourenço, 2006). Esta escala corresponde à adaptação da *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), desenvolvida por Spanier (como citado em Spanier, 2001). A versão portuguesa foi adaptada e validada para Portugal por Lourenço e Relvas (2003).

Esta escala contém trinta e dois itens, pretendendo avaliar quatro dimensões do *ajustamento conjugal*: *consenso mútuo*, *satisfação mútua*, *coesão mútua* e *expressão afetiva*, em casais casados ou a viver em união de facto. Dos trinta e dois itens, destacam-se dois cuja escala é dicotómica, em que "sim" corresponde a zero e "não" a um ponto. Referimo-nos ao item 29 (*Estar demasiado cansado para ter relações sexuais*) e ao item 30 (*Não demonstrar amor*). Os restantes itens comportam uma escala tipo *Likert* (Lourenço, 2006).

Em relação aos resultados baixos na subescala, estes indicam a existência de um problema, enquanto que resultados elevados indicam ausência de problema. Também é esta a lógica para ler o resultado total (ajustamento conjugal total) (Spanier, 2001).

De seguida, apresentamos a estrutura factorial da EAM – versão revista e índices de consistência interna da amostra do presente estudo:

Tabela 3. Estrutura factorial da EAM com respetivos índices de consistência interna.

| Sub-escalas | Itens | Alpha |
|---------------------|---|--------------|
| Consenso Mútuo | 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 | 0.88 |
| Satisfação Mútua | 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 31, 32 | 0.81 |
| Coesão Mútua | 24, 25, 26, 27, 28 | 0.70 |
| Expressão Afectiva | 4, 6, 29, 30 | 0.65 |
| Escala Total | - | 0.915 |

É de notar os bons valores que esta escala apresenta em termos do coeficiente de Cronbach (*alfa* global), de 0.915, o que nos remete para uma

elevada consistência interna da escala em questão.

Inventário de Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade – versão revista do ENRICH (Lourenço, M., & Relvas, A. P., 2003)

A escala do Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade corresponde à adaptação da ENRICH - *Enriching & Nurturing Relationship Issues, Communication & Happiness*, desenvolvida por Olson, Fournier e Druckman (1982).

Este inventário permite avaliar áreas problemáticas e recursos do casal em várias dimensões da relação, isto é, descreve potenciais problemas, mas também identifica áreas de crescimento e enriquecimento (Lourenço, 2006).

É um instrumento de autorresposta, constituído por cento e nove itens distribuídos por doze fatores, nomeadamente: *idealização; aspetos da personalidade; comunicação; satisfação; resolução de conflitos; igualdade de papéis; gestão financeira; atividades de lazer; relações sexuais; filhos e casamento; família e amigos e orientação religiosa*.

O inventário contém uma escala tipo *Likert*, com cinco alternativas de resposta, que vão desde *discordo fortemente* (1), *discordo moderadamente* (2), *não concordo nem discordo* (3), *concordo moderadamente* (4) até *concordo fortemente* (5) (Lourenço, 2006).

Segue-se a estrutura factorial da versão revista da ENRICH e índices de consistência interna da amostra do presente estudo:

Tabela 4. Estrutura factorial da ENRICH com respetivos índices de consistência interna.

| Sub-escalas | Itens | Alpha |
|--------------------------|--|-------------|
| Idealização | 32, 40, 61, 66, 96 | 0.80 |
| Satisfação | 13, 18, 30, 34, 50, 51, 78, 83, 94, 107 | 0.82 |
| Aspetos da Personalidade | 7, 12, 23, 29, 35, 42, 60, 74, 90, 109 | 0.80 |
| Comunicação | 2, 5, 38, 52, 63, 69, 77, 86, 93, 103 | 0.81 |
| Resolução de Conflitos | 9, 37, 55, 67, 70, 75, 79, 91, 106 | 0.66 |
| Gestão Financeira | 15, 19, 25, 36, 43, 49, 73, 88, 104 | 0.72 |
| Actividades de Lazer | 1, 16, 17, 27, 31, 57, 68, 80, 108 | 0.63 |
| Relações Sexuais | 8, 14, 24, 39, 45, 59, 65, 101, 102, 105 | 0.74 |
| Filhos e Casamento | 4, 20, 33, 47, 48, 56, 82, 89, 97 | 0.75 |
| Família e Amigos | 6, 26, 46, 54, 64, 81, 85, 87, 98 | 0.68 |
| Igualdade de Papéis | 11, 22, 28, 41, 53, 58, 71, 76, 92, 100 | 0.78 |
| Orientação Religiosa | 3, 10, 21, 44, 62, 72, 84, 95, 99 | 0.81 |
| Escala Total | - | 0.95 |

A nossa amostra obteve um *alfa de Cronbach* de 0.95 para a escala total. Assim, estes resultados indicam uma boa consistência interna (elevado nível de confiança), apontando para a uniformidade entre os itens.

3.3. Procedimentos de Investigação

O critério de amostragem selecionado para esta investigação foi a *não probabilística, intencional ou de conveniência*. A amostra recolhida procurou integrar dois grandes grupos, definidos em função do estado civil dos sujeitos: casados e em união de facto.

A recolha da amostra foi efetuada entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2012, num total de 704 sujeitos. Os protocolos foram entregues aos participantes, ordenados da seguinte forma: Questionário Sociodemográfico, EAM e ENRICH. O protocolo contou também com a informação do projeto, objetivos gerais e responsáveis da investigação. Eticamente foi garantida a confidencialidade e o anonimato das respostas veiculadas a todos os participantes, preenchendo-se, previamente à participação, o consentimento informado.

Como o protocolo tem carácter auto-resposta, este foi preenchido na nossa ausência, após terem sido clarificados os critérios de inclusão e as especificações de preenchimento de cada um dos questionários, salientando-se a ausência de respostas certas e erradas e incentivando-se os participantes a responderem a todos os itens, respeitando a ordem por que eram apresentados.

3.4. Procedimentos Estatísticos

Após a recolha e inserção dos dados, considerando os objetivos estabelecidos para o presente estudo, procedemos ao seu tratamento estatístico, recorrendo ao programa *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences versão 17.0 for Windows)*, apresentando-se os respetivos resultados na secção IV – Resultados.

Características psicométricas dos instrumentos

Inicialmente, procedeu-se à análise da consistência interna dos instrumentos utilizados (EAM e ENRICH). Segundo os estudos psicométricos realizados, ambas as escalas apresentam fortes coeficientes de consistência interna (*cf.* Anexo III). O valor do alfa de *Cronbach* avalia o grau de coerência e homogeneidade dos resultados ao longo do teste, variando de 0 a 1. Assim, são considerados bons valores para a consistência interna, coeficientes iguais ou superiores a 0.80 (Pestana & Gageiro, 2005).

Para o valor total da Escala de Ajustamento Mútuo (EAM) obteve-se um alfa de *Cronbach* de **0.915**. A média das respostas a esta escala foi de 116.21 (D.P.=16.37), apresentando-se acima da encontrada por Lourenço (2006) no valor de 100.29 (D.P.=19.006).

Relativamente ao Inventário de Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade (ENRICH), obteve-se um alfa de *Cronbach* de **0.95**. Deste modo, apresentamos um valor de *alpha* excelente. As médias das respostas foram de 404.82 (D.P.=49.99).

Normalidade e Homogeneidade

Como podemos constatar através do teste *Kolmogorov-Smirnov* (cf. Anexo IV), verificamos que não é possível assumir a hipótese de normalidade da distribuição ao nível das sub-amostras “casados” e “união de facto” nos fatores da EAM e ENRICH, uma vez que em pelo menos numa delas, o nível de significância foi inferior a 0.05.

No que concerne à existência de homogeneidade, com base no *Teste de Levene* (cf. Anexo V) é possível concluir que todos os fatores da EAM são homogéneos já que o nível de significância é superior a 0.05.

A ENRICH apresenta os seguintes fatores homogéneos (cf. Anexo V): *aspectos da personalidade, comunicação, gestão financeira, relação sexual, família e amigos, igualdade de papéis, orientação religiosa, idealização, satisfação* e a escala total, uma vez que $p > 0.05$. No entanto, os fatores *resolução de conflitos, atividade de lazer e filhos e casamento* não são homogéneos ($p < 0.05$).

Tratamento dos dados

Inicialmente procedeu-se à análise estatística de frequências e percentagens, realizando-se um estudo descritivo com o intuito de caracterizar a amostra quanto às variáveis sociodemográficas e conjugais. Estes dados apresentam-se anteriormente na *Caracterização da amostra*.

De seguida, recorreu-se a testes de comparabilidade (*Anova*), consistência interna (*Alpha de Cronbach*), normalidade (*Kolmogorov-Smirnov*) e homogeneidade (*Teste de Levene*). Assim, a opção por testes paramétricos ou não paramétricos terá subjacente a cumprimento dos pressupostos de normalidade e homogeneidade das variâncias. Na categoria dos testes paramétricos recorreu-se à ANCOVA. O teste de *Mann-Whitney* foi o único teste não paramétrico utilizado.

Por fim, com o intuito de prever o comportamento da variável dependente considerada (conjugalidade) a partir da variável independente e moderadoras incluídas no presente estudo utilizámos o teste estatístico da Regressão Linear Múltipla (MRLM).

IV - Resultados

4.1. O estado civil tem influência na percepção da conjugalidade?

De forma a responder a esta questão, recorreremos à amostra global (N=704) para comparar os distintos estados civis (casados e em união de facto) quanto aos resultados que mensuram a conjugalidade.

De acordo com o teste da normalidade (*Kolmogorov-Smirnov*), a distribuição dos dados relativa às variáveis dependentes (EAM e ENRICH) não segue a distribuição normal, já que $p < 0.05$ (cf. Anexo IV).

No entanto, o teste da homogeneidade (*Teste de Levene*) permitiu

assumir a igualdade das variâncias ($p \geq 0.05$) entre os grupos que constituem as subamostras, excetuando os seguintes fatores: *resolução de conflitos*, *atividades de lazer e filhos e casamento* (cf. Anexo V).

Com o objetivo de analisar comparativamente os resultados relativos ao Ajustamento Conjugal (EAM) e Funcionamento Conjugal (ENRICH), nas subamostras de indivíduos “casados” e “em união de facto”, utilizámos o teste paramétrico que combina a análise de variância com a da regressão, ou seja, a análise da covariância (ANCOVA). A seleção deste teste paramétrico deve-se ao facto da ANCOVA derivar da ANOVA mediante a introdução de uma variável concomitante que se assume estar relacionada com a variável dependente mas não com o factor, fundamentada pela sua elevada precisão, apresentando menor variação entre os grupos do que a ANOVA (Pestana & Gageiro, 2005).

Com base no nosso modelo concetual presumiu-se que as variáveis *sexo*, *primeira relação do casal* e *etapa do ciclo vital do casal* (variáveis concomitantes) poderiam influenciar a relação entre a variável independente (estado civil) e a variável dependente (conjugalidade), pelo que deveriam ser introduzidas na nossa análise. Recorrendo à ANCOVA remove-se da percepção de conjugalidade a parte atribuída às variáveis concomitantes, de modo a permitir o estudo da relação direta entre o estado civil e a percepção de conjugalidade.

Os pressupostos da ANCOVA coincidem com os da ANOVA. Deste modo, a escolha deste teste tem por base o cumprimento da homogeneidade, apesar de não se ter verificado o pressuposto de normalidade da amostra. Segundo Galvão de Melo e Iversen e colaboradores (como citados em Pestana & Gageiro, 2005), a normalidade não é restritiva para a aplicação da ANOVA quando o número de elementos em cada grupo é relativamente elevado. Além disso, Maroco (2007) defende que se assume, para amostras de dimensão superior a 30, que a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal assumindo, igualmente, a robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade e a maior gravidade da violação do pressuposto da homogeneidade por afetar quer o erro de tipo I quer do tipo II.

O estado civil tem influência no Ajustamento Conjugal – EAM?

Tabela 5. ANCOVA (Variável Independente: estado civil; Variáveis Moderadoras: sexo, número de relações do casal e etapa do ciclo vital do casal).

| | ANCOVA | |
|--------------------------------------|----------|-------------|
| | <i>F</i> | <i>Sig.</i> |
| Consenso Mútuo | 1.408 | 0.236 |
| Satisfação Mútua | 1.591 | 0.208 |
| Coesão Mútua | 0.056 | 0.813 |
| Expressão Afetiva | 0.122 | 0.727 |
| Ajustamento Mútuo (escala global) | 1.679 | 0.195 |

De acordo com os resultados desta análise (cf. Tabela 5), pode-se concluir que mesmo após o controlo das variáveis *sexo*, *número de relações do casal* e *etapa do ciclo vital do casal*, não existe um efeito estatisticamente significativo entre o *estado civil* e a percepção do ajustamento mútuo (escala global) ($F=1.679$; $p=0.195$). Relativamente à análise das subescalas (cf. Anexo VI) também não foi encontrado nenhum resultado estatisticamente significativo ($p > 0.05$).

O estado civil tem influência no Funcionamento Conjugal – ENRICH?

Tabela 6. ANCOVA (Variável Independente: estado civil; Variáveis Moderadoras: sexo, número de relações do casal e etapa do ciclo vital do casal).

| | ANCOVA | |
|--------------------------|---------------|--------------|
| | F | Sig. |
| Aspetos da Personalidade | 1.777 | 0.183 |
| Comunicação | 3.935 | 0.048 |
| Resolução de Conflitos* | - | - |
| Gestão Financeira | 6.395 | 0.012 |
| Atividades de Lazer* | - | - |
| Relações Sexuais | 0.127 | 0.722 |
| Filhos e Casamento* | - | - |
| Família e Amigos | 0.796 | 0.373 |
| Igualdade de Papéis | 0.394 | 0.531 |
| Orientação Religiosa | 18.913 | 0.000 |
| Idealização | 0.014 | 0.906 |
| Satisfação | 3.054 | 0.081 |

*Não se procedeu à ANCOVA dado estas variáveis não cumprirem os pressupostos da normalidade e homogeneidade.

Segundo a Tabela 6, conclui-se que para a maioria dos fatores da ENRICH não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com estados civis distintos (cf. Anexo VII). No entanto, verificámos a existência de resultados estatisticamente significativos para as subescalas *comunicação* ($F=3.935$; $p=0.048$), *gestão financeira* ($F=6.395$; $p=0.012$) e *orientação religiosa* ($F=18.913$; $p=0.000$), sendo este último resultado altamente significativo.

De forma a verificar qual o estado civil significamente diferente, procedemos a comparações utilizando os testes *Post-hoc*, onde se optou pelo *Sidak* por possuir maior potência em relação ao *Bonferroni* (Pestana & Gageiro, 2005).

A comparação das médias, quer para o fator *comunicação*, quer para a *gestão financeira* mostra que os resultados obtidos são considerados significativamente diferentes entre os “casados” (Média_{comunicação}=38.191; D.P.= 0.342; Média_{gestão financeira}= 35.119); D.P.= 0.286). A diferença positiva das médias indica que os resultados nos factores *comunicação* e *gestão*

financeira são significativamente superiores para os indivíduos “casados” (cf. Anexo VII_{1,2 e 1.4}).

Relativamente ao fator *orientação religiosa* a comparação das médias permite constatar que as diferenças nos resultados desta dimensão são altamente significativas ($p=0.000$) entre os indivíduos “casados” e em “união de facto”, sendo as médias entre os grupos consideradas semelhantes entre si. A diferença negativa entre a média obtida pelos “união de facto” (Média= 22.977; D.P.= 0.568) e a média obtida pelos “casados” (Média= 26.113; D.P.= 0.338) é indicativa de que os “união de facto” apresentam scores mais baixos na perceção da *orientação religiosa* (cf. Anexo VII_{1.10}).

4.2. É possível prever o comportamento da variável conjugalidade (variável dependente) a partir do estado civil “casados” e “união de facto” (variável independente) e das variáveis *sexo*, *primeira relação de casal* e *etapa do ciclo vital do casal*?

Neste ponto optámos pelo modelo estatístico da regressão linear múltipla (MRLM), no sentido de prever a perceção da conjugalidade (expressão pelas médias obtidas na EAM e na ENRICH em função das variáveis independentes ou preditoras). Deste modo, é de salientar que na regressão linear múltipla o coeficiente de regressão para as variáveis independentes é obtido após a consideração do efeito das outras variáveis independentes sobre a variável dependente. Assim, as correlações bivariadas (duas a duas), num problema de regressão linear múltipla, podem não ser válidas e a sua interpretação deve ser feita com sérias precauções (Maroco, 2007).

A variável estado civil considerada pertinente para a presente análise integra variáveis referentes aos indivíduos casados e a indivíduos em união de facto.

A variável *sexo* é uma variável dicotómica, constituída pelo sexo masculino e feminino. A variável *número de relações do casal* permite averiguar se se trata da primeira relação de casal ou não. Por fim, a variável *etapa do ciclo vital do casal* é medida em termos da duração da relação.

Variável dependente: Ajustamento Mútuo (escala global)

Tabela 7. Sumário do modelo de regressão linear

| Modelo | R | R ² | R ² _a |
|--------|-------|----------------|-----------------------------|
| 1 | 0.265 | 0.070 | 0.066 |

Tabela 8. ANOVA

| | df | F | Sig. |
|-----------|----|--------|-------|
| Regressão | 4 | 16.970 | 0.000 |

Tabela 9. Coeficientes^a

| Modelo | Coeficientes não estandardizados | | Coeficientes estandardizados | | |
|--------------|----------------------------------|------------|------------------------------|--------|-------|
| | B | Std. Error | Beta | t | Sig. |
| (Constante) | 131.240 | 3.673 | | 35.735 | 0.000 |
| Estado civil | -3.154 | 1.399 | -0.096 | -2.255 | 0.024 |
| Sexo | 2.507 | 1.082 | 0.075 | 2.317 | 0.021 |
| Dur rel cvc | -4.079 | 0.561 | -0.298 | -7.269 | 0.000 |
| 1ª relação | -2.677 | 1.338 | -0.069 | -2.001 | 0.046 |

^a Variável Dependente: Austamento Mútuo (Escala global)

De acordo com a tabela 7, podemos afirmar que 7% da variabilidade total no ajustamento mútuo (escala global) é explicada por variáveis independentes presentes no modelo de regressão linear múltipla utilizado.

Na tabela 8 (ANOVA) obteve-se um valor de $F=16.970$ associado a um $p\text{-value}= 0.000$, o que permite a conclusão de que o modelo de regressão é estatisticamente significativo ($p < 0.05$), sendo possível prever o resultado global da EAM a partir das variáveis consideradas. Deste modo, o modelo indica que pelo menos uma das variáveis independentes consideradas possui um efeito significativo sobre a variação *ajustamento mútuo*.

Para perceber se todas as variáveis independentes contribuem de igual forma, e de modo estatisticamente significativo, na predição do *ajustamento mútuo*, procedemos à comparação dos coeficientes de regressão estandardizados e respetivos valores de significância (Tabela 9). Para $\alpha=0.05$ podemos concluir que todas as variáveis *estado civil*, *sexo*, *duração da relação* e *primeira relação* afetam significativamente o ajustamento mútuo ($p < 0.05$).

A leitura dos valores absolutos dos coeficientes de regressão estandardizados permite, igualmente, concluir que a *etapa do ciclo vital* (dur rel cvc) ($\beta=-7.269$) é a variável preditora que mais contribui para a variabilidade no *ajustamento mútuo* (escala global), seguida da contribuição, também relevante e estatisticamente significativa, da variável *sexo* ($\beta=0.075$).

De seguida, examinam-se determinados pressupostos para prosseguir a interpretação de dados obtidos neste modelo de regressão linear múltipla. De facto, o MRLM exige que os erros sejam aleatórios, independentes e com distribuição normal de média zero e variância constante. Adicionalmente, é necessário que as variáveis independentes sejam ortogonais (i.é., não correlacionadas ou com correlações fracas) e, ainda, verificar-se a linearidade do fenómeno (Maroco, 2007).

Validando-se os pressupostos referidos anteriormente (cf. Anexo VIII), a análise gráfica dos resíduos permite constatar que os resultados se dispõem mais ou menos na diagonal principal, o que indica a não violação da normalidade (Maroco, 2007). Por outro lado, o gráfico seguinte do mesmo anexo, mostra que os resíduos mantêm uma amplitude

aproximadamente constante em relação ao eixo horizontal, isto é, não mostram tendências crescentes ou decrescentes, pelo que não se rejeita a hipótese da homocedasticidade (ou homogeneidade) (Pestana & Gageiro, 2005). Relativamente ao pressuposto de multicolinearidade, verifica-se que as variáveis predictoras são linearmente independentes, isto é, não se verifica a multicolinearidade, sendo os valores de *tolerância* superiores a 0.1 (valor limite abaixo do qual há multicolinearidade) e os valores de VIF (*variance inflation factor*) inferiores a 10 (valor limite acima do qual existe multicolinearidade (Maroco, 2007)). Por fim, a linearidade do fenómeno foi estudada mediante a observação dos diagramas de dispersão que, por sua vez, permitem apurar se existe alguma relação (linear ou não linear) entre cada uma das variáveis independentes e a variável dependente. Este pressuposto revelou-se determinante para a prossecução das conclusões que poderíamos retirar do do presente MRLM para o *ajustamento mútuo*. De facto, a ausência de uma relação linear entre o *ajustamento mútuo* e o *estado civil* (corroborada pela inexistência de inclinação da recta ajustada – recta horizontal) invalida a conclusão a que se chegaria, ou seja, de que quanto mais se destacasse um estado civil “casados” ou “união de facto”, menor seria o ajustamento mútuo, tal como percecionado pelos sujeitos. Sendo assim, poderíamos concluir que o *ajustamento mútuo* é independente do estado civil, ou ainda, que existe uma relação entre ambas as variáveis não sendo contudo, linear.

Variável dependente: factores da EAM¹

A regressão linear múltipla para cada um dos factores da EAM permitiu concluir que para as variáveis dependentes *satisfação mútua* ($F=11.415$; $p=0.000$), *coesão mútua* ($F=8.978$; $p=0.000$), *expressão afetiva* ($F=3.556$; $p=0.007$) e *ajustamento mútuo* ($F=9.989$; $p=0.000$) é possível prever os resultados a partir do modelo de regressão considerado.

Para a *satisfação mútua* identificaram-se as variáveis *sexo* ($\beta=0.127$; $p=0.001$), *número de relação de casal* ($\beta=0.080$; $p=0.046$) e *duração da relação* ($\beta= -0.235$; $p=0.000$) como preditores significativos. A sua variabilidade total é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta= -0.235$) menor o *score* obtido neste fator.

Na *coesão mútua* e *expressão afetiva* verificou-se a variável *duração da relação* ($\beta= -0.213$; $p=0.000$) e ($\beta=0.102$; $p=0.028$), respetivamente, como preditores significativos. A variabilidade total do fator *coesão mútua* é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta= -0.213$) menor o *score* obtido neste fator. Quanto ao fator *expressão afetiva* a sua variabilidade total também é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta= -0.102$) menor o *score* obtido neste fator.

Por fim, para o *ajustamento mútuo* identificaram-se as variáveis *sexo* ($\beta=0.095$; $p=0.011$) e *duração da relação* ($\beta= -0.241$; $p=0.000$) como

¹ Consultar anexos IX e X.

preditores significativos do *ajustamento mútuo*. Assim, a variabilidade deste fator é explicada pela regressão (quanto maior a *duração da relação*, menor o *score* obtido neste fator).

Variável dependente: factores da ENRICH²

Os resultados da regressão linear múltipla dos factores da ENRICH apresentam resultados estatisticamente significativos em todos os factores, excetuando o fator *atividades de lazer*. Assim, optámos por seleccionar os factores mais relevantes para o nosso estudo exploratório, *aspetos da personalidade, comunicação, relação sexual, filhos e casamento, igualdade de papéis e orientação religiosa*, sendo estes altamente significativos ($p=0.000$). De seguida, seguem-se as principais conclusões a que permitem chegar estes resultados:

- Fator *aspetos da personalidade*: 3.1% da variabilidade total é explicada pela presente regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta = -0.182$) e o *número de relações de casal* ($\beta = -0.102$) menores são os *scores* obtidos neste fator.

- Fator *comunicação*: 4.6% da variabilidade total é explicada pela presente regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta = -0.245$) menor o *score* obtido neste fator. Os resultados para o estado civil ($\beta = -0.094$) revelam-se inconclusivos para este modelo dada a inexistência de linearidade.

- Fator *relação sexual*: 4% da variabilidade total é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta = -0.202$) menor o *score* obtido neste fator.

- Fator *filhos e casamento*: 10.2% da variabilidade total é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta = 0.158$) maior o *score* obtido neste fator. Em relação à variável *estado civil*, esta indica-nos, como seria espectável, que os indivíduos “casados” pontuam *scores* mais elevados neste fator.

- Fator *igualdade de papéis*: 5.1% da variabilidade total é explicada pela regressão, sendo que quanto maior a *duração da relação* ($\beta = -0.172$) menor o *score* obtido neste fator.

- Fator *orientação religiosa*: 6.7% da variabilidade total é explicada pela regressão, sendo que os indivíduos em “união de facto” apresentam resultados mais baixos ($\beta = -0.203$) neste fator.

V - Discussão

Tendo como base os objetivos gerais e específicos deste estudo, pretendemos, neste ponto, analisar, interpretar e discutir os resultados a que chegámos integrando-os com a literatura consultada.

² Consultar anexos XI e XII.

5.1. Influência do estado civil no ajustamento e funcionamento conjugais, controlando as variáveis moderadoras

A influência do *estado civil* no ajustamento e funcionamento conjugal, controlando as variáveis concomitantes (*sexo, número da relação e etapa do ciclo vital do casal*) revelou não ser estatisticamente significativa nas subescalas da EAM. No entanto, nos fatores *comunicação, gestão financeira e orientação religiosa*, da escala ENRICH, a influência do *estado civil* atingiu valores estatisticamente significativos.

A dimensão *comunicação* avalia a percepção da comunicação no relacionamento conjugal, ou seja, o nível de conforto que cada indivíduo sente em poder partilhar emoções importantes e sentir confiança no seu companheiro. Deste modo, uma pontuação elevada indica o cuidado e a satisfação do cônjuge com o nível e o tipo de comunicação na relação. Uma pontuação baixa indica deficiência na comunicação essencial para manter uma relação satisfatória. Além disso, se o padrão de *comunicação* entre eles for deficiente, não conseguirão resolver os conflitos, o que originará uma baixa satisfação conjugal e insegurança (Hojjat, 1997, como citado em Narciso, 2001).

Alguns resultados de estudos que envolvem a resolução de problemas no casal sugerem que a coabitação antes do casamento está associada a uma *comunicação* mais destrutiva durante o casamento, o que leva a que seja menos provável encontrar uma solução satisfatória que pode, de facto, contribuir para a deterioração do casamento ao longo do tempo. Assim como, os resultados que envolvem suporte social sugerem que os casais que coabitam, antes do casamento, são menos eficazes em solicitar suporte, assim como fornecê-lo aos seus companheiros (Gottman, 1994, como citado em Silva, 2008).

No entanto, no presente estudo, os casais em união de facto pontuaram um valor estatisticamente significativo, sendo mais elevado que os casais em casamento, sugerindo que os padrões comunicacionais são percecionados com uma maior satisfação conjugal nas uniões de facto. Este facto poderá estar associado a um sentimento de menor preocupação com o cuidar da relação, ou seja, o facto de o cônjuge estar efetivamente casado pode acarretar um peso social em que os cônjuges devem transparecer que comunicam bem com o seu par, de forma a demonstrarem um casamento com sucesso e feliz para o exterior. Falamos pois, da influência da desiderabilidade social, ou ainda, das “distorções idealistas” da qualidade da relação (Narciso, 2001).

Por hipótese, poderíamos considerar que os cônjuges casados por vezes evitam discussões (comunicação percecionada como errada perante a sociedade); e não comunicam os seus pensamentos, emoções e vivências com o seu cônjuge, de forma a evitar zangas e comunicações “menos positivas”, o que potencia a não compreensão mútua e valores mais baixos

na dimensão da comunicação.

A maioria dos casais tem medo das emoções negativas, ambicionando que elas desapareçam com o passar do tempo (Lourenço, 2006). Além disso, é de realçar que em muitas culturas existe um tabu contra a expressão da zanga, de geração em geração transmite-se que as pessoas boas e competentes não mostram zanga, já que esta é errada e mostra que algo está terrivelmente errado numa relação.

Acrescente-se, ainda, que os cônjuges em união de facto não têm o peso social em que “não devem terminar com o relacionamento”, senão este é visto como falhado (em que os cônjuges não desempenharam bem os seus papéis de marido e mulher). Assim, os cônjuges em união de facto podem sentir-se mais “livres” e despreocupados na expressão dos seus sentimentos e opiniões, sem receio de futuras represálias (como condenações e julgamentos da sociedade caso se separem).

Outro fator que poderá influenciar os resultados inferiores na dimensão comunicação nos cônjuges casados é o mito da “bola de cristal”, uma vez que usualmente os cônjuges casados estão numa relação mais duradoura, o que poderá prejudicar os níveis de comunicação entre o casal, já que, como se conhecem há tanto tempo, cada cônjuge pode presumir que sabe o que o outro está a pensar, sentir ou deseja. Por conseguinte, cada cônjuge comunica e metacomunica cada vez menos com o seu companheiro.

Em contraste, apresentam-se os cônjuges em união de facto que têm um tempo de duração da relação mais curto e ainda se estão a conhecer, obtendo valores superiores na dimensão comunicação.

A *gestão financeira* avalia as atitudes e as preocupações sobre o modo como as questões económicas são administradas pelo casal. Deste modo, os itens medem a tendência dos sujeitos para a economia e/ou para esbanjarem recursos e a sua preocupação com as questões de débito e crédito. Uma pontuação alta indica satisfação com a administração financeira e atitudes realistas em relação aos assuntos financeiros. Por outro lado, uma pontuação baixa indica várias preocupações com a situação económica na relação do casal.

No presente estudo foram constatados valores mais elevados para a subamostra de indivíduos casados comparadamente com a subamostra de indivíduos em união de facto. Assim, os cônjuges casados sentem-se mais satisfeitos com a administração financeira do casal. Este facto poderá relacionar-se com a maior estabilidade financeira dos indivíduos casados, pois em princípio terão empregos fixos e já negociaram as questões económicas na sua relação. Além disso, o compromisso legal e características burocráticas que o casamento acarreta também poderão ser facilitadores da gestão financeira.

Os sujeitos em união de facto associam-se a relações mais prematuras/jovens, em que ainda não se nota tanta responsabilidade ou competências e conhecimentos sobre a melhor forma de gerir os recursos financeiros. A gestão financeira também poderá estar relacionada com o facto de os

cônjuges acordarem entre si a partilha e divisão mútua dos seus vencimentos (ou não), de forma a potenciar uma melhor organização financeira. Este aspeto poderia considerar-se objeto de estudo de uma próxima investigação, já que esta distinção pode afetar e influenciar os resultados da gestão financeira para cada estado relacional (casamento e união de facto).

A *orientação religiosa* apresenta diferenças altamente significativas no presente estudo, avaliando atitudes, sentimentos e preocupações do indivíduo acerca da prática e crenças religiosas no contexto da relação conjugal. Assim, os itens concentram-se no significado e importância da religião, no envolvimento das atividades da igreja e no papel esperado que a religião terá no casamento. Uma pontuação alta reflete que a religião é uma componente importante na relação. Uma pontuação baixa indica desarmonia entre os dois indivíduos relativamente ao papel da religião no relacionamento.

Tal como seria expectável, os sujeitos casados evidenciaram maiores pontuações nesta dimensão (*orientação religiosa*) que os sujeitos em união de facto, sugerindo que efetivamente a religião toma um peso maior nos sujeitos casados do que nos sujeitos em união de facto, podendo não existir acordo mútuo relativamente ao papel da religião na conjugalidade do casal.

Segundo Hunler e Gençoz (2005, como citados em Silva 2008), a religião afeta toda a dimensão de um casamento, desde a maneira como se interpreta e vive a sexualidade, a comunicação, a resolução de conflitos, o poder de decisão, o compromisso e a parentalidade.

O envolvimento religioso é visto como um importante preditor da satisfação conjugal, compromisso, felicidade, ajustamento e de um casamento a longo prazo. É, então, sugerido que os casais que praticam a sua fé podem internalizar normas comportamentais ensinadas nas comunidades religiosas, que são consistentes com o compromisso do casamento. As práticas religiosas públicas ou privadas também podem oferecer um significado de *coping* positivo para lidar com dificuldades e perdas, em tempos de crise. Existe, então, aparentemente uma possível ligação entre esperança, prática religiosa e conflitos no casal, uma vez que as orações, para os casais religiosos, facilitam a reconciliação e a resolução de problemas (Butler e colaboradores, 2002, como citados em Silva, 2008).

Por outro lado, a preparação para o casamento também pode constituir um fator explicativo dos valores mais elevados dos sujeitos casados, já que se revela uma experiência importante, em que são exploradas áreas como a comunicação, o compromisso, a resolução de conflitos, filhos, fé e valores (Weaver e colaboradores, 2002, como citados em Silva, 2008).

Já Sullivan (2001), como citado em Silva (2008) refere que a religiosidade está relacionada com a satisfação conjugal através das atitudes e maneiras de estar na vida do casal. Os casais que são mais religiosos têm uma maior probabilidade de terem atitudes mais conservadoras face ao divórcio e maiores níveis de compromisso na relação. Contudo, no seu estudo efetuado com casais recém-casados, verificou que o facto de um casal

ser mais religioso não leva conseqüentemente a uma maior satisfação na relação conjugal. Também verificaram que os jovens maridos que têm mulheres mais religiosas estão menos satisfeitos com a relação do que os maridos cujas mulheres não são tão religiosas.

No nosso trabalho optámos pela utilização de testes estatísticos de previsibilidade, uma vez que estamos perante a análise de dados de uma população geral, pelo que apresentamos de seguida os resultados mais significativos e respetivas interpretações.

5.2. Influência na conjugalidade das relações estabelecidas entre as variáveis estado civil, sexo, número de relações de casal e etapa do ciclo vital do casal

No teste da regressão múltipla linear, surgiram resultados estatisticamente significativos para a escala total e três subescalas da EAM (*ajustamento mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva*), excetuando a subescala *consenso mútuo*.

Em relação aos resultados do MRLM dos fatores da ENRICH, estes apresentam-se estatisticamente significativos em todos os factores, excetuando o fator *atividades de lazer*. Assim, optámos por seleccionar os fatores mais relevantes para o nosso estudo exploratório, *aspetos da personalidade, comunicação, relação sexual, filhos e casamento, igualdade de papéis e orientação religiosa*, sendo estes altamente significativos ($p=0.000$). Deste modo, podemos concluir ser possível prever, quer resultados da EAM quer da ENRICH, a partir das variáveis predictoras consideradas. Analisaremos de seguida a relevância de cada uma delas na explicação do fenómeno da conjugalidade.

Estado civil

O estado civil assumiu, no nosso estudo, um valor preditivo relevante nas dimensões da ENRICH, *comunicação, filhos e casamento e orientação religiosa*.

Na dimensão *comunicação* observa-se uma regressão linear positiva, indicando que os sujeitos em união de facto apresentam valores superiores do que os sujeitos casados. No entanto, segundo Brown e Booth (1996), como citados em Willets (2006), os casais em união de facto, juntos até há cinco anos, discutem mais frequentemente que os legalmente casados (o que poderá sugerir uma maior comunicação, conforme foi mencionado anteriormente). No entanto, esta diferença tende a desaparecer quando se comparam casais legalmente casados e casais juntos com intenção futura de casar.

Quanto às dimensões *filhos e casamento e orientação religiosa*, estas apresentam uma linearidade negativa, ou seja, os sujeitos em união de facto revelam pontuações inferiores aos sujeitos casados nestas dimensões. A este

propósito, recordamos que os jovens adultos com menor nível de religiosidade e com uma maior aceitação a nível do divórcio têm maior probabilidade de entrar numa relação de união de facto (Cohan e Kleinbaum, 2002, como citados em Silva, 2008).

Deste modo, como seria expectável, os cônjuges em união de facto apresentam valores inferiores aos casados no que respeita à orientação religiosa. Este resultado poderá relacionar-se com uma religiosidade mais forte nos cônjuges que optam por casar (principalmente pela igreja) devido às suas crenças e valores pessoais.

Também nos estudos de Call e Heaton (1997), como citados em Silva (2008), verificou-se que os casais que coabitam (em união de facto) são menos religiosos do que aqueles que casam sem coabitação prévia. Existe uma correlação entre religião e satisfação conjugal, assim como, estabilidade. Se ambos os parceiros são menos religiosos, menos comprometidos um com o outro e com a instituição do casamento e depois acabam por se casar, não é surpreendente que estejam expostos a um risco elevado de divórcio. Experimentam um risco triplo: baixa religiosidade, baixo compromisso e coabitação prévia (Ambert, 2003).

Relativamente à dimensão *filhos e casamento*, Huston e Vangelisti (1995, como citados em Narciso, 2001), constataram que com a parentalidade, os cônjuges experienciam, de facto, um decréscimo nos tempos livres ou de lazer, no número de decisões tomadas em conjunto e nas expressões de afecto e proximidade, o que diminuirá consequentemente os níveis de satisfação conjugal. Além disso, Scanzoni (1995), como citado em Willets (2006), refere que os filhos podem ter um impacto significativo na qualidade da relação entre casais em união de facto e casais casados, no entanto, o casamento continua a ser entendido como o contexto mais adequado para os criar. No estudo de Newcomb (1986), como citado em Silva (2008), verificou-se, que os sujeitos em união de facto têm uma probabilidade menor de terem filhos e uma maior probabilidade de abortarem do que os sujeitos casados.

De facto, é compreensível que os sujeitos casados apresentem valores mais elevados nesta dimensão *filhos e casamento* do que os cônjuges em união de facto, uma vez que têm mais estabilidade, já estão casados e satisfeitos a nível conjugal, seguindo-se o desejo de terem filhos.

Por fim, Willets (2006), afirma que os casais em união de facto se demonstram significativamente menos satisfeitos nas suas relações do que os casais casados. Porém, não existem dados sobre a satisfação nas relações de longa duração, nem quanto às suas alterações ao longo do tempo relativamente a indivíduos casados e em união de facto. Por outro lado, segundo o estudo de Silva (2008), ambas as sub-amostras (casados e em união de facto) classificam as suas relações como satisfatórias, porém, foram encontradas diferenças significativas entre eles, tendo a união de facto apresentado uma maior satisfação conjugal.

Sexo

A variável sexo revelou ter um importante valor explicativo nas dimensões *ajustamento mútuo* (EAM global), *satisfação mútua* e *igualdade de papéis* (EAM e ENRICH). Assim, quer para o *ajustamento mútuo*, como para a *satisfação mútua*, a relação com este preditor é linear e positiva, indicando que o sexo masculino apresenta valores superiores ao sexo feminino. De facto, as relações amorosas parecem ser perspectivadas de forma diferente no homem e na mulher (Costa, 2000, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009). Sendo que, uma questão fulcral no casamento se prende com o modo como é interpretado e vivido o significado de masculinidade e feminilidade (Narciso & Ribeiro, 2009). Diversos autores observam que as relações heterossexuais, nomeadamente, os casamentos, parecem formados por duas pessoas que vêm de diferentes mundos, cada um com expectativas e características comportamentais muito diferentes para a relação (Philpot e colaboradores, 1997, como citados em Narciso & Ribeiro, 2009).

No que respeita à satisfação mútua, numerosos estudos têm mostrado que os comportamentos de apoio dos homens parecem contribuir mais para a satisfação das mulheres do que o inverso (Acitelli, 1996, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009). Este é apenas um exemplo que permite ilustrar que ser do sexo feminino ou do sexo masculino, influencia a perceção da satisfação mútua. Ainda relativamente à mesma, Hernandez e Oliveira (2003), afirmam que os componentes preditivos da satisfação são diferentes para o homem e para a mulher. Estes dados confirmam a crença popular de que os homens são mais despreocupados e simplificam mais as questões do dia-a-dia do que as mulheres. Por vezes, o sexo feminino é acusado de pensar em demasia ou complicar algo desnecessariamente, o que vem de encontro com estes resultados, superiores no sexo masculino relativamente ao ajustamento e satisfação mútua.

Relativamente ao fator *igualdade de papéis*, a relação com este preditor é linear e negativa, indicando que o sexo masculino apresenta pontuações menores nesta subescala, ou seja, os homens da nossa amostra valorizam mais papéis e áreas de responsabilidade tradicionais para marido e mulher.

Brown e Booth (1996, como citados em Willets, 2006), constataram que os casais em união de facto juntos até cinco anos percecionam uma menor igualdade de papéis do que os casais legalmente casados no mesmo período de tempo. Nock (1995), como citado por Willets (2006) não encontrou diferenças significativas na perceção da igualdade de papéis entre casais em união de facto e casais casados juntos até dez anos. No entanto, estes estudos sugerem que os cônjuges em união de facto com uma longa relação apresentam resultados semelhantes aos cônjuges casados.

Número de relações de casal

Esta variável revelou ter um valor explicativo nas dimensões *satisfação mútua* e *aspectos da personalidade* (EAM e ENRICH). Nestas dimensões a relação com este preditor é linear e negativa, indicando que quanto maior o número de relações de casal, menores são as pontuações na satisfação mútua conjugal e no fator *aspectos da personalidade*. É compreensível que quanto maior o número de relações conjugais, menores serão os níveis de satisfação conjugal, pois por um lado, já existiram relações anteriores “falhadas” que não foram ao encontro dos desejos de cada cônjuge, diminuindo o nível de satisfação; por outro lado, as expectativas dos cônjuges com maior número de relações conjugais serão cada vez mais baixas face ao insucesso das relações anteriores, o que poderá influenciar de forma prejudicial ou negativa a satisfação sentida na relação.

No entanto, fatores individuais como as crenças, valores e características pessoais influenciam a forma como cada cônjuge pensa, sente e vive os seus relacionamentos (anteriores e atuais), tendo sido obtidos valores estatisticamente significativos na dimensão *aspectos da personalidade*.

Etapa do ciclo vital do casal

É de notar o importante contributo que esta variável assumiu no nosso estudo. A etapa do ciclo vital do casal (avaliada com base na duração da relação) revelou ter um importante valor explicativo para muitos resultados de ajustamento e funcionamento conjugais, uma vez que encontramos associação significativa com os resultados em todas as dimensões da ENRICH e EAM (das preditoras consideradas), excetuando no fator *orientação religiosa* (que apresenta um valor marginalmente significativo). Em todas as dimensões a relação com este preditor foi linear e negativa, indicando que quanto maior a duração da relação conjugal, menor as pontuações nas subescalas referidas, excetuando a dimensão *filhos e casamento* em que observámos valores superiores quanto mais longa for a duração da relação.

Esta evidência poderá resultar da concretização de sonhos e desejos dos cônjuges, uma vez que o fator *filhos e casamento* se alimenta da duração da relação longa (declarando a sua satisfação e felicidade conjugal).

De acordo com a revisão de literatura efetuada, a presença dos filhos nos anos intermédios de casamento parece afetar a relação devido à sobrecarga de tarefas domésticas e parentais e, também, devido à diminuição de tempos livres e exclusivos do casal (Narciso, 2001).

Já Brown e Booth (1996, como citados em Willets, 2006) referem que a *duração da relação* afeta negativamente a qualidade da relação, particularmente entre os casais em união de facto (aspecto que se constata no presente estudo). Um dos fatores que pode contribuir para este resultado é o desejo de um dos cônjuges (em união de facto) querer casar num futuro próximo e o outro cônjuge discordar; entre inúmeros outros motivos.

A relação conjugal longa culmina no estágio de “empatia”, o que pressupõe a satisfação conjugal. Assim, após vinte anos de casamento, os jogos estão feitos. As diferenças são valorizadas, os cônjuges param de criticar o que lhes parece negativo no parceiro e aceitam as imperfeições e fraquezas. A relação volta a ser congruente. Dois indivíduos quase autônomos, psiquicamente independentes, estão finalmente reunidos. A relação é estável e viável (Lourenço, 2006).

Prosseguimos, refletindo sobre as limitações ao nosso estudo e apontamos algumas sugestões para futuras investigações nesta área.

Assim, à medida que avançamos na nossa investigação, fomos identificando algumas limitações, tais como o facto do nosso estudo ser exploratório, condicionando a generalização das suas conclusões para a população portuguesa, já que se recorreu a uma amostra de conveniência. Outra limitação diz respeito ao tamanho das nossas subamostras: o n correspondente às nossas subamostras é divergente o que pode ter condicionado os resultados (maior número de sujeitos casados, comparativamente aos indivíduos em união de facto).

Além disso, o facto de alguns itens não terem sido respondidos, (talvez devido ao sentimento de intrusão na esfera pessoal de cada um) e o eventual preenchimento de itens com respostas politicamente corretas; pode ter enviesado os resultados obtidos e ser uma limitação ao estudo.

Em investigações futuras seria proveitoso obter uma amostra maior, em que as categorias da variável principal (*estado civil*) tivessem um n equivalente. Poderia também ser interessante analisar o impacto que os diferentes tipos de religião têm na escolha do estado civil dos sujeitos.

Acrescente-se ainda a proposta deste protocolo de investigação, em estudos posteriores, ser aplicado a casais, isto é, a ambos os elementos da díade conjugal, com o objetivo de trabalhar estatisticamente os casais, cruzando informação, ou seja, combinando estas duas fontes de informação e avaliando o des(acordo) entre os dois cônjuges, através dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação.

Contudo, o presente estudo revela ser um contributo bastante pertinente, já que nos fornece leituras compreensivas acerca das dinâmicas conjugais e algumas orientações para o trabalho clínico, nomeadamente, na intervenção com indivíduos e casais.

VI – Conclusões

Recordamos, nesta fase final, o principal objetivo da presente investigação: o estudo da influência do *estado civil* (“casados” e em “união de facto”) na perceção da conjugalidade, no que diz respeito ao ajustamento e funcionamento conjugal.

Os resultados obtidos permitem, de certa forma, traçar um quadro

compreensivo acerca da percepção da conjugalidade por sujeitos em união de facto e sujeitos casados legalmente.

Concluimos que, após o controlo das variáveis moderadoras (*sexo, número de relação e etapa do ciclo vital do casal*), o estado civil não influencia a percepção do ajustamento conjugal (EAM) nem nenhuma das suas subescalas. No entanto, verificou-se a influência do estado civil nas subescalas *comunicação, gestão financeira e orientação religiosa* no funcionamento conjugal (ENRICH); revelando que os sujeitos em união de facto têm uma melhor comunicação na relação; e os sujeitos casados apresentam pontuações superiores na gestão financeira e na orientação religiosa.

Segundo um estudo comparativo apresentado por Relvas & Alarcão (2002), os casais em união de facto diferenciaram-se dos casados através de uma maior “intimização” da relação que, no entanto, não os conduz a uma maior centralização nos aspetos afetivo-emocionais do par, nem sequer a uma maior qualidade conjugal, qualquer que seja a dimensão considerada.

No nosso estudo constatámos que quer os cônjuges em união de facto, quer os cônjuges casados apresentam pontuações mais elevadas nos fatores: relação sexual, igualdade de papéis, satisfação e comunicação existente na díade, atingindo os sujeitos em união de facto pontuações superiores em todas as dimensões mencionadas anteriormente, excetuando no fator satisfação. Quanto às maiores dificuldades, estas são, novamente, comuns aos dois subgrupos e situam-se no consenso em relação à orientação religiosa e idealização. No fator orientação religiosa, os sujeitos casados apresentam resultados superiores aos sujeitos em união de facto, porém, no fator idealização verifica-se o inverso, ou seja, uma maior pontuação dos cônjuges em união de facto (*cf. Anexo XIII*).

Urge, portanto, a continuação da investigação nesta área, uma vez que o ser humano é deveras complexo e vai modificando o seu comportamento e formas de vida sem cessar. Os tempos estão sempre a mudar, as pessoas deparam-se com mudanças na realidade que conhecem, o Mundo que nos rodeia está em constante transformação e a relação conjugal convida-nos a conhecer uma nova forma de “*viver livremente em conjunto*” (união de facto).

Deste modo, não é de estranhar que estudos anteriores ao nosso apresentem conclusões distintas e, por vezes, antagónicas. Fazemos apelo para a continuação de estudos deste caráter, já que na área da Psicologia se revela fundamental a compreensão e estudo atual do ser humano, e neste caso, da relação mais íntima que ele estabelece.

No presente estudo deparámo-nos com características distintas entre o casamento e a união de facto, porém, ambos os relacionamentos convergem na relação estabelecida entre duas pessoas que se uniram, criando laços especiais. Em jeito de reflexão, ponderamos a dificuldade em perceber se esta nova forma de relacionamento, a união de facto, se trata de uma relação mais “completa” já que abrange dimensões distintas do casamento; ou mais

“defensiva”, devido não só à desinstitucionalização do casamento, como também, ao fator de proteção face a uma possível separação em que não existiriam dificuldades acrescidas como o processo de divórcio.

Gottman propõe um modelo de sucesso conjugal, que lhe permite distinguir entre casais felizes e casais infelizes, defendendo uma visão dialética de satisfação, de acordo com a qual todos os casais, mesmo os mais felizes, têm problemas, conflitos, interesses e valores divergentes, sentimentos e pensamentos negativos, ou seja, têm momentos de maior satisfação e momentos de menor satisfação, ou menos de insatisfação (Narciso & Ribeiro, 2009).

Saliente-se, ainda, a importância das variáveis sociodemográficas como a idade e sexo dos cônjuges, as habilitações literárias, entre outras, que representam um importante fator a ser estudado nas relações entre a díade conjugal. No entanto, as variáveis conjugais também se revelaram essenciais nesta investigação, já que nos permitiram analisar a influência que o estado civil tem na percepção da conjugalidade.

Assim, verificou-se que a *etapa do ciclo vital do casal* é a variável (conjugal) preditora que mais contribui para a variabilidade no *ajustamento mútuo* (escala global). É também possível predizer os resultados, segundo o nosso estudo, nas dimensões *satisfação mútua*, *coesão mútua*, *expressão afetiva* e *ajustamento mútuo*, e em todas as dimensões do funcionamento conjugal (ENRICH), excetuando o fator *atividades de lazer*.

Por último, gostaríamos de lançar algumas questões, que nos inquietam, tais como, a legitimidade que estes resultados assumem na terapia de casal. Ou seja, será que ao nos depararmos com casais em união de facto na terapia devemos optar por determinadas estratégias, diferenciadas das intervenções com cônjuges casados? Será que “salvar a união” é diferente de “salvar um casamento”? Certamente existirão inúmeras condicionantes, características e dificuldades próprias de cada tipo de relação. No entanto, destaca-se um facto basilar, uma vez que se trata do relacionamento da mesma díade, ou seja, da relação mais íntima que dois seres humanos podem criar, o subsistema conjugal.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares: Uma visão Sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Antunes, A. (2011). *Percepções da conjugalidade: existem diferenças entre homens e mulheres?*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica Sistémica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Alferes, V. R. (1994). *Dos Comportamentos Sexuais à Encenação do Sexo. Contributos para uma psicologia social da sexualidade (dissertação de doutoramento não publicada)*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Benkovskaia, I. (2008). *Satisfação conjugal, afetividade e proximidade ao cônjuge. Diferenças entre casais com filhos e sem filhos e ao longo dos anos da relação*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica Sistémica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Blom, T., & Dijk, L. (2007). The role of attachment in couple relationships described as social systems. *Journal of Family Therapy*, 29, 69-87.
- Caillé, P. (1991). *Un et un font trois. Le couple révèle à lui-même*. Paris: ESF.
- Canevaro, A. (1999). Approche trigénérationnelle de la violence dans le couple. *Cahiers critiques de thérapie familiale et de pratiques de réseaux*, 23, 115-141.
- Crespo, C., Narciso, I., Ribeiro, M., & Costa, I. (2006). Desenvolvimento da escala de dimensões da intimidade: primeiro estudo empírico. *Psicológica*, 41, 45-63.
- Crespo, C. (2007). *Rituais Familiares e o Casal. Paisagens Inter-Sistémicas*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Gameiro, J. (1999). *Crónicas*. Porto: Afrontamento.
- Gameiro, J. (2004). *Nem Contigo, Nem Sem Ti*. Lisboa: Terramar.
- Gameiro, J. (2006). As terapias de casal deixam-me exausto. *Revista Única*, 58-68.
- Gameiro, J. (2007). *Entre Marido e Mulher...Terapia de Casal*. Lisboa: Trilhos.
- Lourenço, M. (2002). Conjugalidade e Parentalidade: Continuar a díade na presença de um terceiro. *Psicológica*, 31, 25-41.
- Lourenço, M. M. C. (2006). *Casal: Conjugalidade e Ciclo Evolutivo* (dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística – com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Narciso, I., & Costa, M. (1996). Amores Satisfeitos, mas não Perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.

- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: à procura do padrão que liga*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Narciso, I. (2002). Janela com vista para intimidade. *Psicológica*, 31, 49-62.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a Conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Olson, D. H., & DeFrain, J. (2003). *Marriages and Families. Intimacy, Diversity, and Strengths* (4th ed.). Boston: McGraw-Hill (trabalho original publicado em 1994).
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais – a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Regan, P. (2008). *The Mating Game: a primer on love, sex, and marriage* (2ª edição). United States of America: Sage Publications.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família*. Perspectiva Sistémica. Porto: Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2000). *Por detrás do Espelho. Da Teoria à Terapia com a Família*. Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Quarteto: Coimbra.
- Rodrigues, L. (2010). *A união de facto e o casamento: equiparação ou diferença?*. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Shapiro, A., Gottman, J., & Carrère, S. (2000). The body and the marriage: identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology*, 14, 59-70.
- Silva, C. (2008). *Caminhando entre passos tradicionais e modernos: um olhar sobre a satisfação conjugal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica Sistémica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Soromenho, M. (2008). *Conjugalidade versus individualidade: o direito à reserva da intimidade da vida privada de cada cônjuge na relação conjugal*. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal.